

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

**EM CASA, NA *PISTA* OU NA ESCOLA É TANTO *BABADO*:
ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DE JOVENS TRAVESTIS.**

Gustavo Artur Monzeli

São Carlos

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

**EM CASA, NA *PISTA* OU NA ESCOLA É TANTO *BABADO*: ESPAÇOS DE
SOCIABILIDADE DE JOVENS TRAVESTIS.**

Gustavo Artur Monzeli

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos,
para obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Roseli Esquerdo Lopes

São Carlos

2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M816cp Monzeli, Gustavo Artur.
Em casa, na *pista* ou na escola é tanto *babado* : espaços de sociabilidade de jovens travestis / Gustavo Artur Monzeli.
-- São Carlos : UFSCar, 2013.
89 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.


1. Terapia ocupacional. 2. Travestilidade. 3. Terapia ocupacional social. 4. Corpo. 5. Montagem corporal. I. Título.

CDD: 615.8515 (20^a)

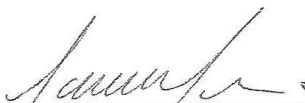
FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado DO(A)
ALUNO(A) GUSTAVO ARTUR MONZELI, DEFENDIDA PUBLICAMENTE EM 15
DE FEVEREIRO DE 2013.



Prof. (a) Dr. (a) Roséli Esquerdo Lopes
Orientador(a) e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



Prof. (a) Dr. (a) Denise Dias Barros
Universidade de São Paulo / USP



Prof. (a) Dr. (a) Larissa Maués Pelúcio da Silva
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / UNESP



Prof. (a) Dr. (a) Vitor Sérgio Coelho Ferreira
Universidade de Lisboa

Homologado na CPG-PPGTO na
_____ª Reunião no dia
____/____/____

Financiamento:
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Para todas as *mentirosas* e *interesseiras*.

Agradecimentos

Agradeço às aproximações e distanciamentos, aos encontros e desencontros, às chegadas e partidas que fizeram e fazem parte do meu processo de formação acadêmica e, sobretudo, pessoal. Formação esta que, dentre tantos outros resultados e contribuições, se concretizou nesta dissertação de mestrado.

Às minhas interlocutoras, pelo carinho.

À orientação de Roseli Esquerdo Lopes, de agora e outros tantos momentos.

À disponibilidade de contribuição e leitura cuidadosa das professoras Denise Dias Barros e Larissa Pelúcio.

Ao grande acolhimento e disponibilidade para o diálogo (no outro lado do Atlântico) do professor Vítor Sérgio Ferreira.

À disponibilidade do professor Richard Miskolci em me receber temporariamente no grupo de pesquisa *Corpo, Identidade e Subjetividade*, e despertar meu grande interesse nesta área (mesmo que sem intenção).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo apoio e financiamento desta e de outras propostas, bem como pela possibilidade de auxílio para meu Estágio em Pesquisa no Exterior.

Ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) pelo acolhimento, apoio e possibilidade de diálogo.

Aos inúmeros e inomináveis apoios e abraços de familiares, amigos e amores.

Resumo

O objetivo deste trabalho foi compreender, a partir da vivência com quatro jovens que em algum momento da pesquisa se autodenominaram travestis, residentes na cidade de São Carlos (SP), as principais técnicas e estratégias utilizadas por elas para o manejo e manipulação de suas próprias características corporais, subjetivas e identitárias, a fim de se inserirem em determinados espaços de sociabilidade, focalizando-se nos contextos familiares, de instituições formais de ensino e também de prostituição. Procurou-se organizar o trabalho em quatro seções. Na primeira, inicia-se uma contextualização histórica do debate e da produção acadêmica sobre a temática referente ao gênero e à sexualidade, em seguida apresenta-se a entrada em campo, a partir de contribuições etnográficas e, por último, contextualizam-se os territórios onde a pesquisa aconteceu. Na segunda seção, pondera-se a multiplicidade de formas de considerar e construir signos do que é considerado feminino em corpos assignados como masculinos. Além disso, apresenta-se a história de cada interlocutora desta pesquisa, tentando assinalar suas vivências singulares nestes processos de construção corporal, subjetiva e identitária. Na terceira seção, discute-se as diferentes técnicas e estratégias utilizadas por elas para se inserirem em diferentes contextos como família, escola e prostituição, e como estas relações são construídas a depender dos sujeitos envolvidos, bem como de seus interesses e desejos. E, por último, contextualiza-se as proposições da terapia ocupacional social e suas possíveis implicações na vida cotidiana dos sujeitos em seus territórios de pertencimento, apontando como a circulação destas jovens em seus territórios têm rebatimentos nos níveis de inserção e restrição, possibilitando ou não suas existências em diferentes espaços. Acredita-se que esta dissertação vem contribuir, para além da multiplicidade de formas de construção e compreensão dos corpos, subjetividades e identidades travestis, com um diálogo em meio às articulações possíveis entre terapia ocupacional social e a circulação dos sujeitos em seus territórios de pertencimento.

Palavras-chave: travestilidade, terapia ocupacional social, corpo, montagem/desmontagem dos corpos.

Abstract

The aim of this study was to understand, from the experience of four young people who at some point in research called themselves “transvestites”, residing in São Carlos (SP), the main techniques and strategies used by them for the management and manipulation of their own characteristics regarding their body, subjectivity and identity, in order to participate in certain spaces of sociability, focusing on family contexts, formal education institutions and also prostitution. The work has been organized into four sections. Initially, it introduces an historical debate and academic production about the topic related to gender and sexuality, then it addresses entrance to the search field, from ethnographic contributions and, finally, to contextualize the territories where the research took place. The second section considers the multiplicity of ways to consider and to construct signs of what is considered feminine in bodies assigned as male. Additionally, it presents the history of each interlocutor of this research, trying to point out their unique experiences in these body, subjective and identity building processes. In the third section, we discuss the different techniques and strategies used by them to participate in different contexts such as family, school and prostitution, and how these relations are built depending on the persons involved, as well as their interests and desires. And lastly, contextualizes the propositions of social occupational therapy and its possible implications in everyday life of the individuals in their territories belonging, pointing out how the circulation of these young people in their territories have repercussions on the levels of insertion and restriction, allowing or not their existences in different spaces. It is believed that this dissertation contributes, beyond the multiplicity of forms of construction and understanding bodies, subjectivities and transvestites identities, with a dialogue among the possible links between social occupational therapy and circulation of individuals in their territories belonging.

Keywords: travestility, social occupational therapy, body, montage / dismantage of the bodies.

Lista de Figuras

Figura 1 – Localização de São Carlos em relação à São Paulo.....	21
Figura 2 - Localizações das áreas frequentadas pelos interlocutores.....	22

SUMÁRIO

Traçados iniciais	1
I. Sobre teorias, campo e territórios	9
1.1. Historicizando um debate.....	9
1.2. A entrada em campo.....	13
1.3. Territórios e microterritorialização.....	18
II. Sobre <i>iniciantes, belíssimas, gayzinhos e ex-travestis: multiplicando as travestilidades</i>	25
2.1. Simone, montando corpos e discursos.....	30
2.2. A <i>belíssima</i> que é <i>ninfeta</i> , mas às vezes tem <i>neca</i> odara.....	35
2.3. O <i>gayzinho</i> vai ao terreiro, se monta, depois desmonta e vai ao culto....	38
2.4. <i>Bofinho ex-travesti</i> , montagens e desmontagens institucionais.....	42
III. Em casa, na <i>pista</i> ou na escola é tanto <i>babado</i>	48
3.1. Com o salto em casa ou na bolsa: sobre laços e famílias.....	48
3.2. Na <i>pista</i> , entre gentes e carros que tem gentes.....	51
3.3. “Apenas <i>gayzinhos</i> ”, ou onde começam os <i>babados</i> na escola.....	58
IV. Terapia ocupacional social e a circulação nos territórios	65
4.1. E o “social” na terapia ocupacional?.....	65
4.2. Terapia ocupacional social, individualidades e coletividades.....	70
4.3. Entre proteções, exposições e admissões condicionadas.....	73
Considerações finais	77
Referências	82
Anexo 1 – Glossário	88

“(...) porque falar de gênero não é só falar de vagina (...)”

(Uma grande que eu-não-lembro-quem)

*“...faço carão, faço a linha e às vezes não faço, depende
do que eu quero e do que esperam de mim...”*

(Melissa)

Traçados iniciais

Para iniciar o debate sobre os constructos desta pesquisa, gostaria de neste primeiro momento me posicionar. Acreditando que para esse tipo de questionamento que me proponho a fazer, elucidar meu posicionamento como pesquisador é de extrema relevância, uma vez que adentrei em um campo de pesquisa e de saber no qual as problemáticas apenas se constituíram porque era um “eu” em contato com vários outros, e foram nessas relações que, em determinados momentos, se produziram alguns “nós”, às vezes tortos, abalados e em outros momentos um pouco mais firmes e consistentes.

Esses “nós” que ora se tornavam a primeira pessoa do plural e ora se resolviam enquanto interconexões e entrelaçamentos foram se formando por sujeitos que transitavam entre distanciamentos e proximidades, individualidades e alteridades, indiferenças e empatias. Apesar das polaridades, é importante ressaltar que os polos nem sempre se fazem únicas possibilidades e, na verdade, é o inter-relacional que me interessa.

Mobilizado por um fluxo de demandas advindas de uma prática enquanto estudante do curso de graduação em terapia ocupacional, inserido em um campo específico de ensino-pesquisa-extensão¹, fui tecendo uma trajetória que se relaciona

¹ O METUIA/UFSCar é um grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte. Foi criado em 1998, por docentes de terapia ocupacional da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade de São Paulo. Sua proposta tem sido a de desenvolver projetos no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão em terapia ocupacional social. Dentre suas atividades mais importantes, temos os programas de intervenção de terapia ocupacional em suas interconexões com os setores da assistência social, da cultura, da educação e, também, com a saúde. Atualmente, três núcleos estão em atividade: o da USP, o da UFSCar e o da Universidade Federal de São Paulo. A intervenção efetivada por eles decorre de projetos de extensão universitária e das parcerias estabelecidas em cada um deles, vindo a acontecer em espaços públicos, espaços comunitários e instituições sociais, como escolas,

tanto com as demandas da extensão universitária quanto com as de pesquisa². É importante destacar que, no contexto mais amplo da terapia ocupacional, as questões de pesquisa, em grande maioria, surgem de determinadas práticas, ou seja, o campo de atuação técnica destes profissionais é que geralmente proporciona a possibilidade do questionamento em forma de pesquisa, com todas as potências e limites que esta relação carrega e suporta.

A inserção na tríade ensino-pesquisa-extensão, vinculada ao METUIA/UFSCar, contribuiu para a iniciação de um embasamento teórico e um posicionamento epistemológico, ao mesmo tempo em que permitiu uma reflexão acurada sobre determinadas práticas da terapia ocupacional e de outras, referentes aos campos maiores da saúde, educação e assistência social.

Tais fluxos me nortearam durante todo o processo de pesquisa, talvez a palavra exata não fosse esta, uma vez que nem sempre o “norte” foi a única direção, mas, de certa forma, me guiaram, mesmo que de modo não linear e descontínuo.

Desde 2008, participo de experiências de intervenção que o METUIA/UFSCar vem realizando em parceria com equipamentos sociais, como uma Escola Estadual e um Centro da Juventude³, ambos localizados em bairros da Grande Cidade Aracy (região periférica da cidade de São Carlos-SP). Com a minha inserção nessas atividades

abrigo, centros comunitários e outras organizações sociais que atendem a populações em processo de ruptura de redes sociais de suporte (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007).

² Particpei de uma pesquisa de iniciação científica, orientado pela Profa. Roseli Esquerdo Lopes, com o título “Expressão livre dos jovens por meio do fanzine: recurso para a terapia ocupacional social”, que teve como interesse a discussão de tecnologias sociais e as articulações entre juventude, comunidade e equipamentos sociais, contando com o apoio da FAPESP.

³ Com o intuito de fomentar a ação intersetorial para a juventude na cidade de São Carlos, a Prefeitura Municipal inaugurou, em 2008, o Centro da Juventude “Elaine Vivianne”, equipamento social que prevê a articulação entre as Secretarias de Saúde, Educação, Cultura, Esportes e Lazer. Atualmente, a coordenação está referenciada na Secretaria Municipal Especial da Infância e da Juventude e pretende-se que as ações desse serviço criem e ampliem as alternativas de cultura, lazer, educação e profissionalização para os jovens da região da Grande Cidade Aracy.

desenvolvidas, foi possível a percepção de questões relacionadas às travestilidades nessa região.

O contato com as jovens com as quais tenho convivido iniciou-se principalmente na Escola Estadual, no momento em que passaram a ocorrer alguns conflitos ligados ao fato de algumas delas decidirem frequentar a escola com roupas e adereços identificados como femininos, por exemplo, a utilização de batom, esmaltes, pulseiras, dentre outros acessórios.

Da mesma forma em que cresciam os adereços utilizados por elas, aumentavam proporcionalmente as tentativas de intervenção dos profissionais da escola, no sentido de tentar minimizar os problemas gerados pela presença dessas jovens e seus adereços femininos no ambiente escolar.

Comecei então a me questionar em que medida estes lugares institucionais se diferenciavam das esquinas, local que elas já frequentavam e trabalhavam, em relação à exposição, aos insultos e às violências cotidianas, e concomitantemente me deparava com muitas ambiguidades nas relações e espaços frequentados por elas, e também por mim. A esquina que expõe e violenta é a mesma que acolhe e dá prazer, a instituição que deve acolher e educar é a mesma que expõe e violenta.

Assim, iniciei um processo de construção/desconstrução de significados, que eram internos e externos ao meu próprio corpo, ao meu próprio desejo e às minhas próprias crenças. Eu, no papel de técnico de uma instituição, estaria acolhendo violentamente esses indivíduos, corpos e desejos que manejam suas masculinidades e feminilidades? Será que estaria contribuindo para a ressignificação desses espaços institucionais? Ou apenas ajudando a domesticar esses corpos, conformando-os às instituições?

Estes e outros questionamentos passaram a me mobilizar, no sentido de repensar minha ação técnica e de reavaliar as próprias instituições como referência para certas demandas. Assim, começamos (“nós”, pois neste momento já existia uma orientadora e muitas orientações) a desenhar possibilidades de pesquisa concebidas por essas questões.

Com a oportunidade de realização de um estágio em pesquisa no exterior, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, fui recebido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) tendo como principal referência o professor Vítor Sérgio Ferreira, vice-coordenador do Observatório Permanente da Juventude (ICS-UL), com suas pesquisas no âmbito da sociologia da cultura e do corpo.

Inspirado pelas discussões advindas da disciplina Sociologia das Diferenças⁴, ministrada pelo Professor Richard Miskolci e acompanhada por mim na condição de ouvinte, e da vinculação ao grupo de pesquisa Corpo, Identidade e Subjetivações⁵, continuei a buscar um referencial teórico que pudesse me auxiliar nos caminhos possíveis para a compreensão e análise dos dados da experiência de pesquisa.

Foi nesse contexto que a Teoria *Queer*, por meio de diversos autores e trabalhos, se mostrou um potente conjunto de conhecimentos e críticas que, por mais estranhos e distantes que pudessem parecer de início, logo se tornaram peça fundamental para o questionamento da realidade observada, mas, também, para a pesquisa que sobre ela se voltava.

⁴ Disciplina ofertada pelo Departamento de Sociologia da UFSCar, organizada e ministrada por Richard Miskolci (2011).

⁵ Grupo de pesquisa associado ao Departamento de Sociologia da UFSCar, coordenado por Richard Miskolci e Larissa Pelúcio.

O termo inglês *queer* é antigo e tinha, originalmente, uma conotação negativa e agressiva contra aqueles que rompiam normas de gênero e sexualidade (MISKOLCI, 2007). O *queer* é uma categoria local estadunidense que pode significar excêntrico, esquisito, diferente, bem como o pervertido sexual, marginal, estigmatizado ou anormal (DUQUE, 2012). Butler (2003) compreende esse termo como uma interpelação que discute a questão da força e da oposição, da estabilidade e da variabilidade no seio da performatividade. Para Marcia Ochoa, *queer* “é como te chamavam na escola quando queriam tirar sarro de você” (OCHOA, 2004, p. 254).

Richard Miskolci aponta que recentemente esse termo foi adotado e ressignificado pelo conjunto de teóricos que, em oposição aos chamados “estudos de minorias”, decidiu privilegiar uma perspectiva crítica sobre os processos sociais normalizadores (MISKOLCI, 2007). Os estudos de minoria, em geral, apontavam para a compreensão dos problemas sociais enfrentados por sujeitos que não se encaixam nas “identidades hegemônicas” (por exemplo, mulheres, negros, indígenas, homossexuais, dentre outras), sem necessariamente se questionar sobre a compreensão de “identidade”, e as relações que criam os polos dos próprios binômios (brancos/negros, homens/mulheres, etc.)

Os estudos *queer* tomam como objeto de análise não exclusivamente a homossexualidade, mas a construção do binômio homossexualidade/heterossexualidade, em que a heterossexualidade se revelará ao mesmo tempo como produtora da homossexualidade e como estrutura parasitária do seu outro perverso (BENTO, 2006, p.81).

Para Louro, a teoria *queer* constitui-se menos na tentativa de explicar a repressão ou a expressão de uma minoria homossexual do que numa análise da figura hetero/homossexual como um regime de poder/saber que molda a ordenação dos desejos, dos comportamentos e das instituições sociais, das relações sociais (LOURO, 2004). Neste sentido, os estudos *queer* têm como foco a discussão dos conhecimentos e

práticas sociais que organizam a sociedade, sexualizando corpos, desejos, identidades, a partir da relação heterossexualidade-homossexualidade (MISKOLCI, 2009).

Berenice Bento (2006) aponta que os principais pressupostos dos estudos *queer* são a compreensão da sexualidade como um dispositivo histórico de poder (FOUCAULT, 2005), o caráter performativo das identidades de gênero (BUTLER, 2003), o alcance subversivo das performances e das sexualidades fora das normas de gênero e o corpo como um biopoder, fabricado por tecnologias precisas (BENTO, 2006).

Miskolci (2009) expõe a mudança epistemológica que acontece quando os estudos sociais substituem a categoria de análise “desvio” por uma categoria de “diferença”, explicando que a primeira corrobora e se relaciona com um projeto hegemônico de sociedade, na qual os “Outros” se tornam exóticos, racializados e sexualizados, ao mesmo tempo em que se afirma o homem branco e heterossexual como coerente e central na vida social.

A ênfase *queer* nos processos de normalização implicados na constituição dos sujeitos, das identidades sociais e até mesmo das coletivas que fundam movimentos sociais do presente, aponta para a compreensão de que a maioria dos fenômenos até recentemente compreendidos como desvio podem ser encarados como diferenças, resultado de processos contínuos e interrelacionados de inferiorização, da criação de Outros que justificam a distribuição e o acesso desigual ao poder (MISKOLCI, 2009, p.172-173).

Nesse contexto de criação de “Outros”, partindo-se igualmente da produção de ciências e conhecimentos, Spivak (2010) coloca em xeque o papel do intelectual como mediador de relações e aquele que se habilita a falar pelos sujeitos ou grupos, muitas vezes, silenciados. Esta autora revela o lugar incômodo do intelectual que julga poder falar pelo “Outro”, argumentando que este ato reproduz as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno (em seus termos) silenciado.

Quebrando a ilusão desse intelectual que acredita estar falando por um “outro”, Spivak (2010) sugere que a tarefa na produção de conhecimentos e práticas deve ser criar espaços por meio dos quais o sujeito possa falar, para que, quando ele o faça, possa ser ouvido, não se posicionando no lugar do sujeito, mas trabalhando contra a subalternidade, criando espaços e posições diferentes e menos hierárquicas.

É dentro desse panorama que tentarei me posicionar durante todo o texto, sabendo que a tarefa de sistematização e apresentação dos dados desta pesquisa pode, em alguns momentos, se mostrar de forma não linear.

O principal objetivo foi compreender, partindo da vivência com quatro jovens que em algum momento da pesquisa se autodenominaram travestis, residentes na cidade de São Carlos (SP), as principais técnicas e estratégias utilizadas por elas para o manejo e manipulação de suas próprias características corporais, subjetivas e identitárias, a fim de se inserirem em determinados espaços de sociabilidade, focalizando-se nos contextos familiares, de instituições formais de ensino e também de prostituição.

Nesta pesquisa, considerarei, assim como Barbosa (2010), o termo “travesti” para pessoas que foram assignadas como nascidas do sexo masculino e que constroem o que consideram feminino em seus corpos.

As travestis são consideradas ambíguas por não se encaixarem na coerência entre sexo, identidade de gênero, orientação sexual e práticas sexuais, pois elas são reconhecidas como pertencentes ao sexo masculino desde o nascimento, produzem uma aparência considerada feminina, mas praticam algo que é considerado extremamente masculino, penetrar com o próprio pênis (BARBOSA, 2010).

Desta forma, o texto foi organizado em quatro seções. Na primeira, “Sobre teorias, campo e territórios” inicia-se uma contextualização histórica do debate e da

produção acadêmica sobre a temática atrelada ao gênero e à sexualidade, baseada em autores como Foucault (2005), Rubin (1975), Butler (2003) e Preciado (2011). Em seguida apresenta-se a entrada em campo, inspirada em contribuições etnográficas e, por último, contextualizando-se os territórios onde a pesquisa empírica aconteceu.

Na segunda seção, “Sobre *iniciantes, belíssimas, gayzinhos e ex-travestis*: multiplicando as travestilidades”, pondera-se a multiplicidade de formas de compreender e construir signos do que é considerado feminino em corpos assignados como masculinos. Além disso, apresento a história de cada colaboradora desta pesquisa, tentando assinalar suas vivências singulares em tais processos de construção corporal, subjetiva e identitária.

Na terceira seção, “Em casa, na *pista* ou na escola é tanto *babado*”, discute-se as diferentes técnicas e estratégias utilizadas por elas para se inserirem em diferentes contextos como família, escola e prostituição, e como estas relações são construídas a depender dos sujeitos envolvidos, bem como de seus interesses e desejos.

Na quarta seção, “Terapia ocupacional social e a circulação nos territórios” contextualiza-se as proposições da terapia ocupacional social e suas possíveis implicações na vida cotidiana dos sujeitos em seus territórios de pertencimento, apontando como a circulação destas jovens em seus territórios têm rebatimentos nos níveis de inserção e restrição, possibilitando ou não suas existências em diferentes espaços..

I. Sobre teorias, campo e territórios

1.1. Historicizando um debate

Nos dois últimos séculos, a sexualidade foi construída enquanto questão de saber e poder, tornando-se objeto privilegiado do olhar de cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, educadores. Desde então, ela vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada, através das mais diversas perspectivas (LOURO, 2004).

Segundo Foucault, vivemos em uma sociedade que “fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz; denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fazem funcionar” (FOUCAULT, 2005, p.14). Dessa forma, compreende-se que a sexualidade não é proibida, é, antes, produzida por meio de discursos (MISKOLCI, 2009).

Nesse âmbito, a sexualidade passa a ser compreendida enquanto um dispositivo, ou seja, um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais (MISKOLCI, 2009).

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2005, p.100).

Até o início do século XIX, o modelo sexual comumente aceito se baseava na hierarquização dos sujeitos ao longo de um único eixo, no qual o centro era o masculino. Entendia-se que os corpos de mulheres e de homens diferiam em “graus” de

perfeição. As explicações da vida sexual apoiavam-se na ideia de que as mulheres tinham, “dentro de seu corpo”, os mesmo órgãos genitais que os homens tinham externamente (LOURO, 2004). Em outras palavras, “as mulheres eram essencialmente homens nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – havia resultado na retenção, interna, de estruturas que nos machos eram visíveis” (LAQUEUR, 1990, p.4).

A substituição desse modelo (de um único sexo) pelo modelo de dimorfismo sexual (dois sexos opostos), que é o modelo que até hoje prevalece, tem de ser entendida como articulada a mudanças epistemológicas e políticas (LOURO, 2004), e esse contexto de transformação epistemológica é que possibilita e constrói as bases conceituais para o entendimento de que o sexo está relacionado à natureza, assim como o gênero diz da representação cultural de um determinado sexo.

A premissa sexo-gênero-sexualidade afirma que determinado sexo indica determinado gênero e este gênero, por sua vez, induz o desejo. Nessa lógica, supõe-se que o sexo é natural e se entende o natural como dado. O sexo existiria antes da inteligibilidade, seria pré-discursivo, anterior à cultura (LOURO, 2004), e cada cultura moldaria, imprimiria, suas marcas nesse corpo inerte e diferenciado sexualmente pela natureza (BENTO, 2006).

Para uma compreensão mais acurada sobre o campo de discussão da sexualidade, é necessária a revisão das próprias categorias de sexo e de gênero. O movimento feminista foi o primeiro a questionar essas divisões e hierarquias e já na chamada “primeira onda”, no final do século XVIII, buscava o reconhecimento de demandas políticas e coletivas, como o acesso ao voto, tendo como uma das principais representantes Mary Wollstonecraft com a obra “Uma Defesa dos Direitos da Mulher”, de 1792.

Já na “segunda onda” as demandas políticas e coletivas deram lugar às subjetivas e individuais, apontando que as representações da visão de mundo relacionadas à arte, à ciência e à vida social eram masculinistas. Neste contexto umas das obras mais destacadas é “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, de 1949.

Um grande marco nas discussões das teorias feministas está na década de 1970, quando Gayle Rubin (1975) introduz o sistema sexo/gênero, pensando o sexo relacionado ao corpo e à natureza, ao mesmo tempo em que coloca o gênero como os significados culturais e sociais que este corpo “neutro” recebe. Esta reformulação:

surgiu com o intuito de distinguir e separar o sexo - categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico - do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional (MATOS, 2008).

Mais recentemente, Butler (2003) rompe com a conexão sexo-natureza e gênero-cultura, ao sugerir que ambos, sexo e gênero, são representações culturais compreendidas a partir da performatividade; assim, pode-se analisar gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa⁶, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres (BENTO, 2006).

Pra Butler (2003), as normas de sexo e gênero têm um caráter performativo na medida em que produzem o que nomeiam fundamentando-se em processos de repetição e reiteração. A performatividade deve ser compreendida não como um ato singular e deliberativo, antes como a prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso

⁶ Richard Miskolci esclarece que muito mais do que o *aperçu* de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e "natural" da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009).

produz os efeitos que nomeia, constituindo assim a materialidade dos corpos, que para além da objetivação de um sexo e um gênero no corpo, produz e recria a diferença sexual, consolidando o imperativo heterossexual (BUTLER, 2003).

Beatriz Preciado (2011) radicaliza um pouco mais as compreensões de sexo e de gênero, afirmando que o gênero não é apenas performativo, como propôs Butler, é antes de tudo prostético, e o sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso, nem uma pulsão natural, mas uma tecnologia biopolítica.

Para esta autora, o sexo é uma tecnologia de dominação heterosocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afetos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas, o que além de ser um conjunto arbitrário de regulações, produz uma heteropartição do corpo na qual não é possível a simetria.

O sistema heterossexual é um aparato social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa, etc.) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual (PRECIADO, 2011, p.17).

Ao propor a compreensão de sexo e gênero como tecnologias, Preciado aponta para a sexualização total do corpo, tomando-se como base a equivalência de porções do corpo (ou do corpo como um todo) com as próteses e paródias, no caso o “dildo⁷”. Nesta concepção, o “corpo-fragmento é re-significado: partes errantes são alocadas como centro, partes não associadas ao corpo se transformam em corpo” (PEREIRA, 2008).

O gênero se assemelha ao dildo, pois sua plasticidade carnal desestabiliza a distinção entre o imitado e o imitador, a verdade e a

⁷ O “dildo” se revela então como um instrumento entre outras máquinas orgânicas e inorgânicas (as mãos, os chicotes, os pênis, os cintos de castidade, os preservativos, as línguas, etc.) (PRECIADO, 2011, p.68).

representação da verdade, a referência e o referente, a natureza e o artifício, e entre órgãos sexuais e as práticas de sexo (PEREIRA, 2008).

O caráter natural e coerente da heterossexualidade determina as características patológicas e incoerentes de outras possibilidades de sexualidade. Para construir a coerência é preciso delimitar o que é incoerente, demarcando seus atributos e limitando suas fronteiras. O sujeito homossexual é necessário para demonstrar os limites do que não é aceitável para o sujeito heterossexual.

Portanto, antes de pretender, simplesmente, “ler” os gêneros e as sexualidades com base nos “dados” dos corpos, parece prudente pensar tais dimensões como sendo discursivamente inscritas nos corpos e se expressando através deles (LOURO, 2004, p.80), atentando-se para suas transformações nos contextos históricos e culturais.

1.2. A entrada em campo

A pesquisa empírica se desenvolveu na cidade de São Carlos, localizada na região central do estado de São Paulo (a uma distância de 235 quilômetros da capital paulista), com uma população de 221.936 habitantes, sendo que 96% da população reside na área urbana, segundo dados do IBGE (2010).

Baseando-se no entendimento de que a tentativa de reconstituição das trajetórias de vida é necessária para a compreensão e problematização das possibilidades atuais de inserção nos contextos relacionais e de trabalho dos sujeitos, resta clara a importância das inspirações e contribuições etnográficas, enquanto uma metodologia de pesquisa que pôde fornecer os caminhos para a busca das respostas aos questionamentos desta pesquisa.

A pesquisa de caráter etnográfico não se caracteriza como um estudo longitudinal, que abarca grandes contingentes populacionais, na busca explicativa de

relações entre variáveis; ao contrário, concentra-se em pequenos grupos para empreender um estudo em profundidade, de maneira a interpretar significados de práticas, motivações, rituais, crenças, etc (VILA et al., 2007). Segundo Magnani (2002), esta metodologia possibilita

um olhar *de perto e de dentro*, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas - religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise (MAGNANI, 2002, p.18, grifos do autor).

Nessa direção, durante todo o período de campo, que aconteceu entre os meses de julho de 2011 a junho de 2012, as quatro jovens⁸ que mais contribuíram para a pesquisa foram Simone, Melissa, Claudinho e Jonas⁹. Com graus e momentos diferenciados de presença, e também de ausência, todas compartilharam trechos e recortes de suas vidas.

Não pretendo aqui detalhar e esquematizar o que se poderia denominar de uma “condição juvenil” relacionada à travestilidade, antes anseio compreender e problematizar as próprias concepções e condições de construção corporal, subjetiva e identitária. As jovens que tenho acompanhado possuem mais ou menos a mesma idade,

⁸ A escolha pelo uso do artigo no feminino se dá, assim como para Pelúcio (2007), tanto por uma posição política (relacionada às reivindicações dos movimentos sociais) quanto por respeito à forma como elas próprias se tratam, mesmo que se referindo ao nome masculino elas acabam por utilizar o artigo no feminino.

⁹ Nomes fictícios.

vivem em bairros de periferia de uma mesma cidade, compartilhando alguns espaços de sociabilidade e, também, todas se conhecendo entre si.

Desta forma, o exercício de trazer o que é de singular e específico em cada história e, simultaneamente, retratando o que é comum, às vezes quase generalizável, se complexifica. Cuidar das similaridades, das diversidades e adversidades tem se mostrado uma tarefa bastante embaraçada e complicada, além das discussões sobre as implicações e efeitos de serem quatro casos que não são isolados, pelo contrário, são quatro histórias que se cruzam, se protegem, se expõem e se ajudam.

O trabalho de campo foi realizado através da imersão no contexto dessas jovens e de um conjunto de encontros e parcerias, num tempo que permitiu a reflexão e a análise dos sistemas de relações dessas alteridades.

A experiência anterior ao período dessa pesquisa com Melissa, Claudinho e Jonas, que participavam das atividades de extensão universitária realizadas pela equipe do METUIA/UFSCar na escola, no caso, a Oficina de Atividades, Projetos e Dinâmicas (LOPES et al., 2011), certamente me proporcionou a possibilidade de aprofundamento tanto das narrativas que eram contadas, quanto na quantidade e qualidade dos detalhes de cada relato, já a história com Simone, apesar de mais recente, contribuiu para um panorama ampliado sobre algumas questões relacionadas ao ambiente escolar.

Fez parte do aprofundamento nas biografias a convivência cotidiana com elas em diferentes contextos, em casa, na escola, nos equipamentos de saúde, na balada, na igreja ou na esquina; as temáticas surgiam das diversas situações que se tornavam reais por meio da minha presença ou através de seus próprios discursos. Foi assim que pude perceber e compreender com mais nitidez alguns trechos dessas vidas.

Além disso, partindo da imersão no território e no cotidiano dessas jovens, as informações e os dados foram organizados por meio da utilização de diário de campo,

compreendendo-o como recurso potente para a apreensão e sistematização do período de vivência.

No diário de campo foram anotados de forma minuciosa os encontros, bem como as impressões subjetivas que cada evento proporcionava, tentando, de uma maneira criteriosa, separar o que era acontecimento do que se tornava impressão e interpretação, o que não necessariamente diz de uma imparcialidade na organização dos dados. Destaca-se a descrição densa (GEERTZ, 1978), definida por não apenas uma descrição minuciosa dos fatos observados, mas antes como uma leitura e interpretação de seus significados, dentro de um contexto específico.

Diferentemente do que aconteceu, por exemplo, na etnografia de Barbosa (2010), na qual ele acompanhou algumas pessoas “trans” com idade aproximada entre 40 e 60 anos, e que tentavam trazer certa coerência nos relatos biográficos, o que ele chamou de “coerência do eu”, as interlocutoras desta pesquisa, por serem muito jovens, não possuem longas “trajetórias” e “histórias” de vida, mas um tecer cotidiano editado e reeditado através de suas próprias narrativas.

É claro que estas jovens, mesmo não tendo extensos trajetos de vida, podem aglutinar longas experiências de privação e exclusão, e os sujeitos mais velhos podem editar e reeditar suas trajetórias partindo de suas narrativas e práticas, mas o que fica evidente, na vida destas jovens que eu pude acompanhar, é que elas vivenciam grandes experiências e transformações cotidianas em seus desejos, em suas identidades e em seus corpos, talvez se preocupando menos com as coerências biográficas e mais com os relatos cotidianos de suas transformações.

No que tange aos procedimentos éticos, compreende-se que a posição ética do pesquisador transcende algumas exigências apenas burocráticas. Nessa direção, me solidarizo em relação à problematização que pesquisadores de diversas áreas fazem

sobre tais exigências. Como aponta Pelúcio (2007), a relação entre pesquisador e sujeitos:

se dá em outras bases que não as formalistas e burocráticas, mesmo porque estas, muitas vezes, podem fazer pouco ou nenhum sentido para a população estudada¹⁰. Nas etnografias as relações se assentam na categoria “confiança”, que por sua vez tem como operador a troca. Trocamos histórias, informações, cumplicidades, miçangas, favores (PELÚCIO, 2007. p. 46).

É interessante perceber que dentro do contexto dessas trocas, as jovens com as quais tenho convivido me atribuíam diferentes “funções”, dependendo das pessoas e dos lugares onde estávamos, e ainda dos desejos e intenções relacionados a cada ocasião. Inúmeras situações nas quais fui um amigo, namorado, policial ou cliente, demonstravam que essas diversas posições representavam possíveis recursos para determinadas situações.

É também nesta relação de trocas e compartilhamentos que minhas características e meu próprio corpo eram questionados, bem como minha sexualidade, minhas preferências e práticas sexuais. É certo que por ser considerado e identificado como branco, estudante universitário e do gênero masculino, tive um determinado tipo de acesso às histórias e às relações no começo da pesquisa de campo, mas concordo com Tiago Duque (2012) quando ele afirma que essas posições não legitimam nem deslegitimam o pesquisador, e para mim o que precisa estar elucidado são os posicionamentos de cada discurso, mesmo que sejam circunstanciais e provisórios.

Assim como Tiago Duque (2009) em sua etnografia com travestis adolescentes em Campinas, onde era visto como sendo “quase uma delas”, ou como se discute no trabalho de Érica Sousa (2005), pesquisando as questões da maternidade lésbica no

¹⁰ Benedetti assinala que “o instrumento formal de consentimento, quando solicitado a grupos pouco letrados, em situação socioeconômica precária, com pouca informação sobre os procedimentos científicos e quase nenhuma inserção nas esferas públicas de reivindicação de direitos (...) acaba sendo mais uma violência simbólica a oprimir as pessoas em estudo” (BENEDETTI, 2000, p.49).

Brasil e no Canadá, na qual ela não se identifica como militante, lésbica nem como mãe, ou ainda como Marco Aurélio da Silva em sua etnografia no pedaço GLS do carnaval da Ilha de Santa Catarina, onde ele argumenta que

compartilhar da mesma orientação sexual e tendo participado do carnaval junto de meus entrevistados, talvez seja tão problemático quanto o fato de que somos brasileiros e que compartilhamos o mesmo idioma cultural. Desta forma, o que me credencia a estudar entre mulheres surfistas ou entre catarinenses que precisam conviver com hidrelétricas? E mais: por que nunca se questionam o fato de homens e mulheres que se entendem como "heterossexuais" estudarem outros "heterossexuais"? (SILVA, 2003, p.10).

Evidencia-se então que, na pesquisa etnográfica, são os sujeitos que criam e moldam as relações ao mesmo tempo em que acabam por construir, juntamente com o pesquisador, os próprios dados de pesquisa através de suas narrativas, partindo mais de uma ética local e relacional, do que puramente burocrática.

1.3. Territórios e microterritorialização

Tendo como base uma compreensão de território que representa muito mais do que o “pano de fundo” da vida social, isto é, que participa efetivamente da construção e desconstrução de relações e subjetividades, é necessária uma discussão sobre a própria conceitualização de território na medida em que as sociabilidades e as próprias construções corporais, subjetivas e identitárias se relacionam diretamente com o uso que os corpos fazem destes espaços.

Rogério Haesbaert (2004) aponta para a principal contestação quando se trabalha com esse conceito, assinalando as diferenças entre território político e território simbólico. O primeiro se relaciona a fronteiras estatais e suas imposições e fragilidades, já o segundo se refere a um espaço de referência para construção de identidades (HAESBAERT, 2004).

Haesbaert (1995; 1997; 2010) e Haesbaert e Limonad (1999) agrupam as concepções de território em três vertentes básicas:

1) Política (que se refere às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todos os arrolamentos espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, sobre o qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – pertinente ao poder político do Estado;

2) Cultural (culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo com seu espaço vivido;

3) Econômica (economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das dinâmicas econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado ao embate entre classes sociais e na articulação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Posteriormente, uma quarta vertente foi inserida no debate, a “Naturalista”, com base nas relações entre sociedade e natureza, o comportamento natural nos homens em seu ambiente físico (HAESBAERT, 2004).

Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “identidade”, numa complexa integração tempo-espaço (HAESBAERT, 2004, p.79).

Benhur Pinós da Costa (2010) direciona o debate para a microterritorialização como um lugar de negociação e representação dos sujeitos.

O território significa a “brecha” por entre o espaço público normatizado, ou agregações informais, nas quais sujeitos negociam representações sobre si mesmos e estabelecem moldes culturais práticos para suas relações. Porém não é exatamente território, mas a

microterritorialização: ‘micro’, pelo muito pequeno espaço físico que ocorrem, “ção” pelo caráter de construção, de efemeridade, de instabilidade de sua realização (COSTA, 2010, p.21).

Sobre a geografia das representações, este mesmo autor explica como as interações homoeróticas se configuram em determinados espaços, desde os trajetos à deriva, passando por pequenas agregações até às microterritorializações.

Para ele, os “sujeitos em deriva” são os que transitam por entre o espaço público, por ruas escuras ou parques e praias com baixa frequência populacional ou por lugares com alta concentração de pessoas, onde os contatos homoeróticos se dão nos “cantos”, de forma camuflada e sutil, uma paquera por entre a multidão (COSTA, 2010).

Diferentemente dos sujeitos à deriva, as pequenas agregações, como bares, boates e outros estabelecimentos comerciais isolados geograficamente, geram conforto ao sujeito principalmente em relação à paquera bem sucedida e à maior segurança, tornando menos prováveis atos homofóbicos e discriminatórios (COSTA, 2010).

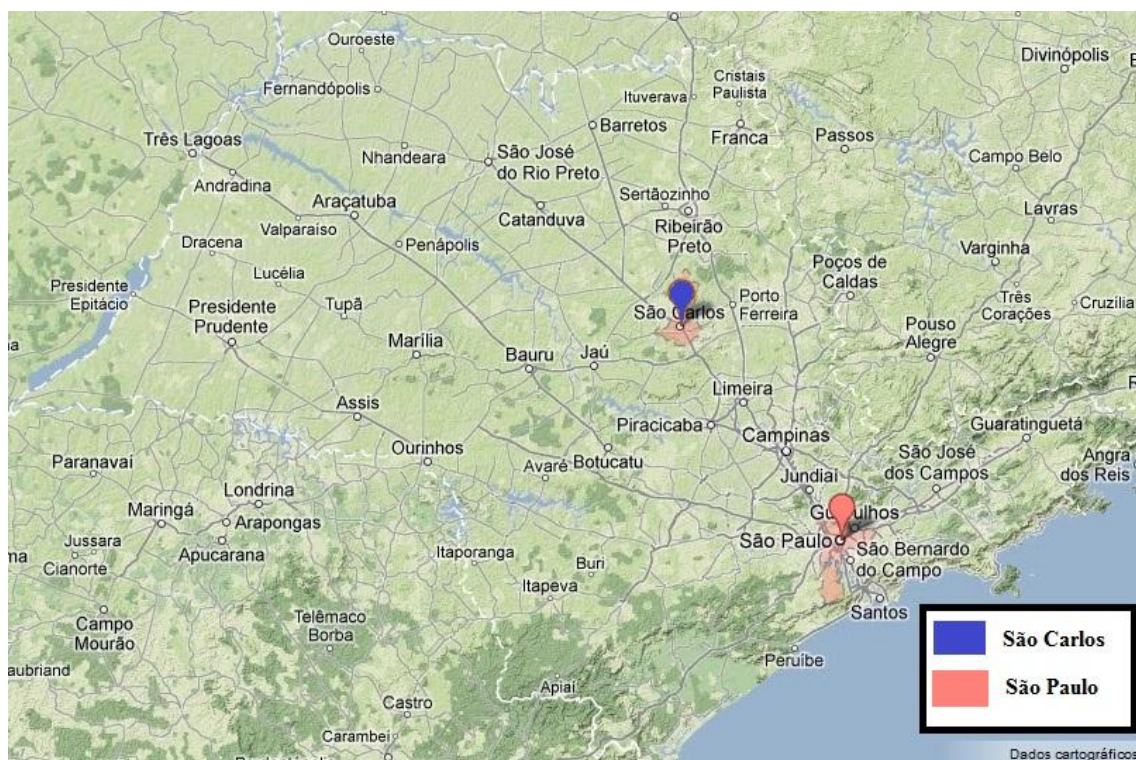
Partindo para as microterritorializações das práticas, desejos e afetividades homoeróticas, este autor elucidada como certos lugares da cidade se tornam em determinados horários, pontos de uma definida rede espacial/circuito homoerótico. Ele considera que em grandes centros urbanos, essa microterritorialização se amplia em regiões ou bairros frequentados exclusivamente por gays (COSTA, 2010).

Silva e Ornat (2010) assinalam como a organização das cidades ocidentais e capitalistas se dá de forma altamente sexista, reforçando a ordem heteronormativa compulsória. Ao apontar que o espaço urbano é paradoxal, plurilocalizado e multidimensional, os autores mostram como estes espaços ao mesmo tempo em que afirmam a hegemonia heteronormativa, possibilitam a vivência de formas múltiplas de resistência aos poderes pretensamente naturalizados da ordem de gênero.

Estes autores sugerem como a divisão sexual dos espaços, baseada na naturalidade e coerência entre sexo, gênero e desejo, cria sujeitos que não se enquadram nessa ficção social, como por exemplo as travestis, evidenciando como estas interdições espaciais, de forma contraditória, tornam-se alternativas de resistência, como o caso dos territórios da prostituição (SILVA; ORNAT, 2010).

São Carlos é uma cidade do interior do estado de São Paulo, a uma distância de 235 quilômetros da capital paulista (Figura 1), e por não se tratar de um grande centro urbano (com população de 221.936 habitantes), possui características importantes na temática das sociabilidades e territorializações, principalmente não heteronormativas.

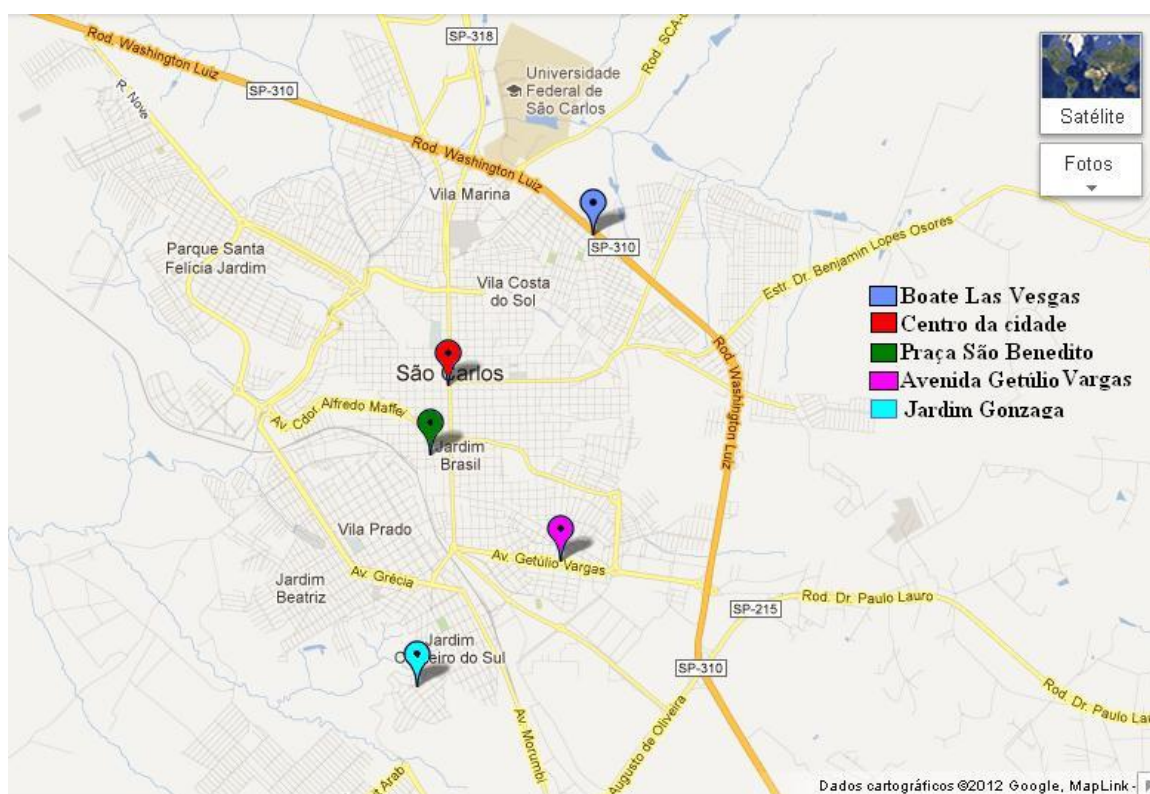
Figura 1 – Localização de São Carlos em relação à São Paulo



Fonte: Google Maps.

Atualmente existe apenas uma boate, inaugurada recentemente (localizada distante do centro da cidade, perto da Rodovia Washington Luís, Figura 2), e que entre os dias de segunda e sexta-feira funciona como uma casa de prostituição feminina e somente aos sábados se direciona especificamente para o público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). É nesta boate que Melissa realizou alguns shows de bate-cabelo¹¹, sendo este o único local na cidade onde os encontros e as paqueras não heterossexuais podem acontecer “mais abertamente”.

Figura 2 – Localizações das áreas frequentadas pelos interlocutores



Fonte: Google Maps. Acesso em 14/05/2012

¹¹ Bate-cabelo é um show geralmente realizado por *drag queens* ou travestis que misturam a dublagem de música eletrônica com performances e movimentos corporais.

O Jardim Gonzaga, região onde a maioria das jovens que participaram desta pesquisa mora, está localizado na Região Sul da cidade de São Carlos e desde a segunda metade do século XX se constituiu “como uma grande área de expansão urbana periférica, com a abertura de inúmeros loteamentos – regulares ou irregulares – destinados aos trabalhadores urbanos de baixa renda de São Carlos” (ROSA, 2008, p. 44).

Este bairro se insere de maneira interessante no histórico da cidade de São Carlos, justamente por sua constituição e consolidação. Ao se formar a partir da “ilegalidade”, sua existência desvelava, aos olhos da sociedade local, um lado perverso e não inclusivo da imagem de progresso e desenvolvimento que caracterizava a cidade (PEREIRA, 2012).

Essa contraposição entre duas realidades, de um lado a “Atenas Paulista”, cidade com maior número de doutores por habitante do país, polo industrial importante na região; e, de outro, a existência de moradias precárias (PEREIRA, 2012; ROSA, 2008), localizadas numa área não tão distante da região central da cidade (LOPES, SOUZA, e BORBA, 2010; ROSA, 2008).

Por estar em um território densamente politizado e intensamente “protegido” por instituições públicas de assistência, além da presença ativa do Primeiro Comando da Capital (PCC), dizer para os outros que seu “bairro de origem” é o Jardim Gonzaga pode significar basicamente duas coisas: ser trabalhador, e logo “cidadão de bem”; ou ser traficante, logo criminoso, ser do Gonzaga já é estar sob suspeita.

O ponto de localização de prostituição masculina se encontra na região da Praça da Igreja São Benedito (Figura 2), mais especificamente em duas ruas, tendo um fluxo variado de garotos e homens, sendo mais frequentado durante as noites de quinta-feira, sexta-feira e aos sábados. As participantes desta pesquisa contam alguns passeios por

essa praça no período noturno, me explicando que, apesar de o público ser diferente da área de prostituição feminina (mulheres e travestis), elas não frequentam muito essa região, pois, além de não conseguirem trabalhar (principalmente pela rara circulação de possíveis clientes à procura de mulheres ou travestis), podem arrumar *confusão* com os *michês*¹².

A região da Avenida Getúlio Vargas (Figura 2) concentra a maior parte da prostituição feminina (entendida aqui como mulheres e travestis), existindo uma disposição entre esquinas específicas para mulheres e outras exclusivas para travestis.

Larissa Pelúcio (2007) assinala como as práticas sexuais vão sendo mapeadas nos territórios e como estes “territórios e identidades se confundem pela significação que os sujeitos imprimem nos corpos: formas, músculos, saltos, olhares, gestos, práticas eróticas anunciadas e insinuadas nessa marcação” (PELÚCIO, 2007, p.61).

Assim, as diferenças entre as áreas de prostituição masculina e feminina não são meramente de localização geográfica, pelo contrário, são tanto de diversas representações subjetivas e identitárias quanto de distintos níveis e graus de exposição, visibilidade, invisibilidade e, também, de violência.

¹² Como sugere Duque (2009), o termo “michê” é utilizado para designar aqueles sujeitos que se prostituem sem abdicar de propósitos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação junto aos clientes, comumente também masculinos.

II. Sobre *iniciantes, belíssimas, gayzinhos e ex-travestis*: multiplicando as travestilidades

Travesti, trava, traveco, traveção, boneca, dama de paus, europeia e ninfeta. Dependendo do contexto, essas expressões possuem um potencial identificador, qualificador e desqualificador.

Muitos são os discursos que perpassam esse conjunto de denominações, desde a religião que ainda no século XIX nomeia as sexualidades não-reprodutivas, condenando os atos sodomitas, até a invenção do sujeito homossexual, pela ciência, no final do mesmo século (FOUCAULT, 2004; LOURO, 2004; MISKOLCI, 2009).

Em novas reedições, a medicina criou e enquadrou os transtornos de identidade de gênero (encontrados no Código Internacional de Doenças – CID-10 e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV), assinalando e explicando como os comportamentos “desviantes” se tornam sintomas e prescrevendo que para cada patologia existe um tratamento.

Nesse contexto, é necessária a análise das experiências em relação à travestilidade, termo criado por Peres (2005), referindo-se à variedade de processos identitários pelos quais sujeitos travestis passam para se constituírem como “femininos” e, mais além, não apenas para marcar sua heterogeneidade, mas também em substituição ao sufixo “ismo”, que remeteria a patologias.

O termo travestilidade será aqui utilizado sob rasura¹³, na medida em que se insere em uma problemática queer, na qual um termo empregado sistematicamente para

¹³ Hall (2006) aponta para o uso de “identidades” sob rasura na medida em que, por falta de termos mais apropriados, acabamos tendo que utilizar um léxico já existente, o que não representa exatamente o que queremos expressar. Para uma maior e mais aprofundada discussão sobre os limites e implicações das categorias de análise, ver Pelúcio (2011) e Duque (2012).

ofender, estigmatizar e desqualificar é utilizado como uma forma de ressignificá-lo (PELÚCIO, 2007).

Os processos de travestilidade são marcados por experiências de estigma¹⁴ e preconceito, uma vez que colocam em questão, dentre outros padrões, sistemas binários de gênero (masculino/feminino) e de sexualidade (heterossexual/homossexual). Surge então a necessidade de compreensão de práticas corporais e sociais, bem como a apreensão de dispositivos que envolvam construções de subjetividades que problematizam referenciais de normalidade em relação a sexualidades e gêneros, não se fundamentando em padrões identitários fixados, mas sim compreendendo os sujeitos como provisórios, circunstanciais e cindidos (HALL, 2006).

Pelúcio (2007) e Duque (2009) discutem a centralidade do estigma nas experiências de construções corporais e de subjetividades travestis, marcadas pelo embaralhamento de gêneros e, sobretudo, pela construção do feminino em corpos masculinos. Essa marca corporal encarna aspectos de uma sexualidade vista como exacerbada e, por isso mesmo, desregrada e, portanto, problemática (PELÚCIO, 2007).

As travestis são relegadas ao campo desvalorizado do feminino e, por se tratarem de homens que abdicaram do privilégio da masculinidade, têm sua identidade associada a um desvio de caráter que excede o vergonhoso e se aproxima do estigmatizável, motivo de escárnio e objeto de reações violentas (DUQUE, 2009, p.129).

Partimos de uma compreensão de que os corpos se constituem de forma ambígua e dialética. Corpos ambíguos, na medida em que apresentam potencial e efetiva transgressão de normas que são corporais e comportamentais, ao mesmo tempo em que corporificam e reiteram definidas compreensões do que é próprio de um feminino essencializado. Corpos dialéticos, pois exprimem e representam determinadas

¹⁴ O estigma tem sua origem nas marcas corporais capazes de comprometer o status moral de seus portadores (GOFFMAN, 1988).

subjetividades assim como se transformam e se conformam às expectativas e demandas contextuais.

Contudo, estas características dialéticas e ambíguas materializadas nos corpos não são exclusivas às travestis, se fazem, por exemplo, nos corpos cultuados em academias, hipertrofiados por anabolizantes, flagelados e anoréxicos nas passarelas e revistas de moda, dentre tantos outros padrões esportivos e de beleza.

O corpo se torna, recentemente, uma questão de interesse público, objeto de diferentes discursos (como na ciência, mídia, política, saúde, educação, moda, etc.), adquirindo um valor de dimensão incomparável como um recurso de formação de identidade e símbolo de individualidade (FERREIRA, 2008; 2009).

Do mesmo modo como pode se apresentar e se compreender como uma propriedade privada, o corpo é também, em diferentes níveis, propriedade pública, Estatal, na medida em que a depender das legislações, os sujeitos têm maior ou menor grau de decisão sobre métodos contraceptivos, acessos a hormonoterapias, cirurgias de transgenitalização, dentre outros variados exemplos.

Foco de extremo cuidado e investimento diário, o corpo pode ser capitalizado como beleza, sedução, exuberância, saúde, vitalidade, competência, emoção, poder, desacordo, etc., é suscetível de ser projetado e explorado através de uma ampla gama de meios técnicos desenvolvidos pela ciência, divulgados pelos meios de comunicação e disponibilizados pelo mercado (FERREIRA, 2009).

Segundo este mesmo autor, o conceito de reflexividade carnal tem a ver com a capacidade dos sujeitos de olhar para o corpo como algo próprio, mas ao mesmo tempo exterior, não algo que somos, mas sim algo que possuímos, a fim de ser (o que ainda não somos) (FERREIRA, 2009).

Além da compreensão do corpo como um acessório (BRETON, 2000) que pode ser manipulado e transformado, este conceito implica ainda uma intersubjetividade e intercorporalidade, na medida em que o corpo é objeto para o sujeito só quando se é consciente de que este mesmo corpo é também objeto para outros corpos (FERREIRA, 2009).

As jovens com as quais tenho convivido me mostraram o quanto nossos corpos, discursos, subjetividades e nossas próprias identidades são cada vez mais fluidos e circunstanciais. Cabe ressaltar que essas transformações corporais e até mesmo discursivas têm a ver, principalmente, com a faixa etária em que se encontram (por serem todas jovens), e também pelo avanço das tecnologias de transformação corporal, que permitem uma maleabilidade nos fluxos de transformação.

No Brasil, a temática da “juventude” se mostra de grande relevância principalmente por sua representatividade numérica e também por sua complexidade enquanto grupo social plural e emergente (MALFITANO, 2011). Alguns autores assinalam que o uso e escolha das terminologias indicam diferentes concepções sociais, políticas e ideológicas sobre esta população compreendida entre o final da infância e o início da vida adulta (CATANI e GILIOTI, 2004; ABRAMO e LEÓN, 2005; ABRAMOVAY e ESTEVES, 2007).

O uso concomitante de duas terminologias para indicar esses grupos, “adolescência” e “juventude”, aparecem de formas variadas, ora tidas como sinônimos, ora como complementares ou, ainda, com o objetivo de demarcar suas diferenças e especificidades (ABRAMOVAY e ESTEVES, 2007).

Ao se abordar as pluralidades que o conceito de “juventude” carrega, transpomos a categorização burocrática (e extremamente importante) que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propõe, bem como tentamos deslocar os argumentos

baseados em um período apenas maturacional, presente nas concepções biológicas dessa fase da vida, nos discursos de áreas como saúde e educação (CÉSAR, 2008; CACCIA-BAVA, 2004).

Esta discussão nos ajuda a perceber as juventudes não apenas como uma fase de transição linear para a vida adulta, resultado de sucessões progressivas de etapas que são identificáveis e previsíveis (PAIS, 2001), mas como um conjunto de caminhos que ora se complementam, ora se cruzam, que em determinados momentos se amplificam e em outros se restringem e que, todavia, não levam necessariamente a um caminho único e certo.

Já em relação às tecnologias de transformação corporal, como visto em outras etnografias com travestis como em Pelúcio (2007), Kulick (2008), Silva (1993) e Benedetti (2000), nota-se uma transformação nos processos de construção corporal e utilização de diversas tecnologias, principalmente com as mais *novinhas*, como foi no caso da etnografia de Duque (2009).

A utilização de silicone industrial líquido, feito pelas *bombadeiras*¹⁵, passa a perder um pouco o valor para as próprias travestis e para o mercado do sexo pago, dando lugar a técnicas menos invasivas, formando um corpo com poucas curvas e basicamente *trabalhado no hormônio*.

Esta mudança no processo de montagem é reflexo das novas tecnologias utilizadas para a construção corporal do “feminino travesti”, o qual já foi associado aos peitos imensos de silicone líquido injetado do estilo *traveção* (DUQUE, 2009), ancas fartas, muito seio, boca carnuda, coxas volumosas (PELÚCIO, 2007).

¹⁵ Isto é, travestis que aplicam silicone industrial no corpo de outras travestis, a fim de torná-lo arredondado, o que remeteria ao feminino. A ingestão de hormônios femininos e aplicação de silicone líquido são partes integrantes de um saber próprio das travestis, que encontra nas bombadeiras as manipuladoras legítimas desse domínio (PELÚCIO, 2007).

Algo é certo, em nossos dias, as mudanças na esfera da sexualidade se associam a novas tecnologias corporais e a uma ampliação do debate para além das heterossexualidades. As possibilidades de construção do feminino têm trazido novas implicações identitárias para as travestis e tornado os corpos mais plásticos à construção e desconstrução do que se deseja. Entre as travestis, essas novidades não se dão de forma desconectada de padrões e práticas já legitimadas, o que contribui para a problematização do que é ser travesti (DUQUE, 2009, p.13).

Partindo dessas transformações menos “volumosas” e mais maleáveis, os corpos destas jovens se montam, desmontam e se remontam com mais facilidade e menos permanência, exemplificando as características circunstanciais e contextuais de suas (e nossas) corporeidades, subjetividades e identidades.

2.1. Simone, montando corpos e discursos.

Simone tem 16 anos e é a mais nova tanto em idade quanto em relação ao tempo de contato com as colaboradoras desta pesquisa. Declara-se negra e se monta¹⁶ desde os 14 anos, tendo começado a ingerir hormônios femininos recentemente, sem acompanhamento médico, como é o caso de grande parte das travestis brasileiras (KULICK, 2008). Sempre frequentou escola pública e nunca teve a trajetória escolar interrompida, continua estudando no ensino médio regular.

Na primeira vez que encontrei Simone, ela estava montada, seus cabelos longos e encaracolados estavam presos por uma presilha de joaninha, usava uma calça jeans e uma camiseta um pouco apertadas, brincos e algumas pulseiras completavam o visual. Eu estava com os profissionais da Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude, combinando a participação em um evento na cidade de São Paulo relacionado à comemoração do Estatuto da Criança e do Adolescente quando, de

¹⁶ Algumas dessas jovens utilizam a expressão “comecei a me montar” para se referir ao início do investimento nos processos de construção de uma feminilidade.

repente, Simone entra na sala perguntando qual era o *babado* da vez. Imediatamente os profissionais decidiram convidá-la para ir ao evento como representante dos jovens da cidade.

O interessante é que, naquele momento, o convite veio com uma sugestão/obrigação; uma das profissionais recomendou que se Simone quisesse ir (na verdade neste momento a profissional se dirigia à Simone por seu nome masculino), ela deveria ir vestida de “rapaz”, porque, de outra forma, acabaria chocando desnecessariamente as outras pessoas que estariam no evento. É claro que ela gostaria de ir à São Paulo pela primeira vez, portanto, o manejo de roupas e adereços foi facilmente realizado, o que, de certa forma, me surpreendeu. No dia do evento, Simone estava “desmontada”, utilizando calças e camiseta mais largas do que no dia anterior, além da ausência dos adereços femininos.

Naquele momento consegui perceber as relações entre as montagens e desmontagens estratégicas dos corpos. A profissional da Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude, talvez involuntariamente, acabou prescrevendo atos coerentes e denunciando o que era incoerente para um determinado espaço social, ou melhor,

é esse olhar que se estrutura a partir das dicotomias corporais e da binaridade para a compreensão das subjetividades que estará apontando os excessos, denunciando aquilo que lembra condutas e subjetividades não-apropriadas para um homem e uma mulher (BENTO, 2006, p.60).

Para o enfrentamento das negligências e violências cotidianamente reiteradas, as travestis lançam mão de algumas técnicas e estratégias, voluntaria e involuntariamente. Duque (2009) utiliza o conceito de “montagem estratégica” para pensar a construção e a desconstrução da feminilidade para se conquistar, entre outras coisas, parceiros sexuais, e transitar na escala de exposição à violência (DUQUE, 2009, p.77).

Às vezes, essa montagem estratégica é consciente, detalhadamente manipulada, estudada, treinada, exercitada. Em outros momentos, parece ser algo pouco racionalizado, planejado e taticamente construído (DUQUE, 2009).

A montagem e a desmontagem estratégicas se dão, ora por sobrevivência, ora por vergonha e, em outros momentos ainda, pela própria representação do desejo. Evidencia-se, então, um limite de racionalidade, não sendo operada simplesmente por uma decisão calculada, mas motivada também por fluxos de desejos envolventes, muitas vezes não ditos e não perceptíveis conscientemente pelos sujeitos (DUQUE, 2009).

Já nessa cena Simone explicitou sua habilidade em manipular os signos considerados masculinos e femininos, brincando e borrando os limites entre identidades e performances.

Além da inserção e persistência de Simone no sistema educacional, ela se insere em outros espaços como o ProJovem¹⁷ e chegou a participar de algumas Conferências Municipais, no ano de 2011, como foi o caso da Conferência Municipal da Juventude e da Conferência Municipal de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Simone começou a frequentar as oficinas do ProJovem e era identificada como um gayzinho¹⁸ afeminado, categoria¹⁹ que foi se transformando na medida em que seu corpo e sua aparência também mudavam. Logo apareceram os brincos e pulseira,

¹⁷ É um programa do Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal destinado aos jovens de 15 a 17 anos. O público-alvo constitui-se, em sua maioria, de jovens cujas famílias são beneficiárias do projeto Bolsa Família, estendendo-se também aos jovens em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelos serviços de Proteção Social Especial do Sistema Único da Assistência Social ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse programa tem como foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino (BRASIL, 2011).

¹⁸ Segundo Pelúcio (2007), este termo é utilizado quando a travesti ainda não se transformou. Pode ser usado também para designar rapazes homossexuais.

¹⁹ “Categoria” é pensada aqui no sentido classificatório, isto é, uma categorização utilizada pelas próprias colaboradoras dessa pesquisa.

seguidos de batom e uma leve maquiagem, por último, a minissaia que, rapidamente, chamou a atenção da equipe técnica e da população que frequentava o centro comunitário onde aconteciam os encontros do ProJovem.

Em uma das conversas com uma técnica do centro comunitário, a principal problemática que aparecia no seu discurso era sobre as partes do corpo de Simone que ficavam à mostra, fosse pela minissaia ou pela blusinha apertada. Ela dizia que o problema não era a Simone querer se vestir de mulher, mas as roupas que ela escolhia para isso, o que em suas palavras, eram vulgares.

O discurso dessa profissional que oscila entre o conservadorismo e o progressismo está calcado na defesa de que as mulheres buscam historicamente o reconhecimento para além do corporal, e neste caso, Simone estaria destruindo toda essa construção a partir da reiteração e da vontade deliberada de ter sua feminilidade reconhecida por seu corpo montado e apresentado para si e para os outros.

Quando retornei essa questão à Simone, a resposta que recebi foi contrária ao discurso da técnica, ela prontamente começou a me mostrar algumas meninas que estavam, naquele momento, utilizando roupas parecidas com as suas, principalmente em relação ao comprimento.

O importante nessa cena não é saber qual discurso, o da técnica ou de Simone, estava correto ou era mais verdadeiro, o ponto principal é perceber como a presença, juntamente com um determinado tipo de apresentação e vestimenta, se torna uma questão institucional que não se enuncia pela incoerência da utilização de roupas e adereços do sexo oposto, mas pelo exagero em seu uso.

Para Simone, este “exagero” na utilização dos signos femininos se justifica pelo desejo de uma feminilidade para além do corpo da mulher. Assim, como sugere Barbosa (2010), ao contrapor a feminilidade das “mulheres de verdade”, as travestis criam um

tipo de hiperfeminilidade que pode ser mais feminina do que a feminilidade das próprias “mulheres de verdade” (BARBOSA, 2010). Simone exemplifica esta discussão dizendo que uma mulher pode ter cabelos curtos ou usar roupas mais largas para não moldar seu corpo, já as travestis não podem dar-se a esse luxo, devem mostrar o tempo todo sua feminilidade, uma vez que são antes de tudo não-femininas.

Outros espaços importantes para Simone são aqueles de movimento político coletivo da cidade, como por exemplo, as Conferências Municipais. Apesar de não ser filiada a algum partido político ou a qualquer tipo de movimento social, ela sempre destacava o valor desses espaços para a discussão e sugestão de propostas que pudessem minimizar os problemas em seu bairro e em sua cidade.

Pude acompanhar Simone em duas Conferências diferentes, a Conferência Municipal da Juventude e a Conferência Municipal de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Mais uma vez, ela demonstrou sua habilidade em manipular seu corpo e seus atos a depender dos locais, se apresentando “desmontada” no primeiro espaço e totalmente “montada” no segundo.

O manejo das situações de estigma e preconceito acarretou na desmontagem estratégica de seu corpo para a primeira Conferência, pois era um espaço para a discussão sobre Juventude. Simone, fazendo a linha²⁰ gayzinho, escolheu participar de um grupo de trabalho que tinha como tema principal a discussão sobre gênero e sexualidade. Nessa cena, ela se apresentou como gay e sua demanda era debater sobre o preconceito para com os homossexuais dentro das escolas.

Já na segunda Conferência, Simone estava toda montada, se apresentando como travesti e expondo suas demandas em relação às dificuldades das travestis, no que tange ao mundo do trabalho. Foi interessante notar a montagem e desmontagem de seu corpo

²⁰ Segundo Pelúcio (2007), “fazer a linha” significa “agir como se fosse”, “se passar por”.

e de sua auto representação e até mesmo no manejo de seu discurso que, em determinada situação, se justificava na categoria homossexual e, posteriormente, se explicava na categoria travesti. Assim, a montagem e desmontagem do corpo e do discurso se dá tanto por questões de sobrevivência quanto para a validação de suas demandas, através de sua experiência.

2.2. *A belíssima que é ninfeta, mas às vezes tem neca odara*

Melissa tem 18 anos e quando perguntada sobre sua cor e etnia, declara-se ninfeta-mestiça-bronzeado. Nossa história começou em 2008, no contexto da minha inserção na Escola Estadual, mesmo período em que conheci Claudinho e Jonas.

Desde pequena se dedicou à prática esportiva, seja por um período curto na ginástica olímpica ou nos vários anos de voleibol, o que certamente contribui para seu grande porte físico e seus músculos torneados. Por essas e outras características ela chama atenção por onde passa.

Dentre todas as jovens que acompanhei, Melissa é a única que se apresenta com roupas femininas em todos os lugares que frequenta. Na rua, em casa ou no parque de diversões ela sempre está com o *picumã*²¹ liso e arrumado, utilizando a maquiagem a depender do lugar aonde vai, uma mais leve para o dia e outra para *dar close à noite*²².

Melissa sabe muito bem acionar as características desejadas e necessárias em cada contexto. Quando se declara *ninfeta-mestiça-bronzeada*, articula a categoria “*ninfeta*”, que demarca a juventude e as características de um corpo com “poucas

²¹ Picumã significa cabelo ou peruca, um símbolo extremamente valorizado pelas travestis, no que se refere à busca pela feminilidade.

²² Exibir-se, usado também no sentido de esnobar outra travesti (PELÚCIO, 2007).

curvas e carnes com o ‘frescor’ de quem acaba de entrar ‘na noite’” (PELÚCIO, 2007, p.55). Apesar de Melissa ter um corpo forte e torneado, utiliza vários truques²³ para conseguir uma aparência que remeta às características esperadas de uma ninfeta, principalmente por saber que no mercado do sexo esta categoria classificatória tem ganhado cada vez mais espaço (DUQUE, 2009).

Já quando se remete à noção de “*mestiça*”, ela faz a linha japonesa, utilizando-se desta categoria para lhe conferir atributos exóticos, um “ar de mistério”, como ela gosta de brincar. Neste ponto, o truque de Melissa está em esconder a descendência nordestina, acreditando que a linha mestiça-oriental lhe atribua um status mais valorizado.

Por último, quando Melissa escolhe dizer bronzeada, ela reforça que a cor de sua pele se relaciona à exposição ao sol e não à sua descendência, dessa forma ela quer dizer que é branca de pele bronzeada e não negra. Neste caso, o bronzeado diz da valorização de uma estética na qual a pele bronzeada é a aparência hegemônica nos padrões de beleza contemporâneos, sobretudo no Brasil (LEITÃO, 2011). O bronzeado além de representar um corpo saudável em grande parte das revistas de saúde e de moda, deve ser relativizado como hegemonia nos padrões de beleza e compreendido dentro dos diferentes recortes históricos, regionais e de classes sociais.

Melissa consegue articular muito bem todas essas categorias não apenas para se posicionar, mas sobretudo para classificar as outras pessoas, utilizando-se de características qualificadoras ou desqualificadoras. Apesar de a família de Melissa ter vindo da Região Nordeste do Brasil, pelo fato de ela ter nascido em São Carlos, é como se este histórico fosse apagado, e logo substituído por uma “origem Sudeste”, o que para ela agrega valor e a possibilidade de desqualificar outras pessoas.

²³ “Dar o truque” significa, entre as travestis, enganar, “fazer-se passar por”, “se virar” (PELÚCIO, 2007).

Em uma das conversas, Melissa estava contando a história de uma amiga travesti que às vezes dormia em sua casa. Ela disse que começou a perder o contato com essa amiga porque, segundo Melissa, a amiga estava “fazendo a paraibana”, isto é, tinha roubado algumas de suas roupas. “Fazer a paraibana”, nesse caso, se relaciona ao roubo e às características negativas da amiga. Melissa me explicou que o roubo não aconteceu porque a amiga é uma pessoa maldosa, mas porque ela era “precisada”, ou seja, mais pobre do que ela. Nessa narrativa, Melissa generaliza o estado da Paraíba com a Região Nordeste, relacionando esta região do Brasil com a pobreza.

Do mesmo modo em que utiliza a região brasileira como potencial desqualificador, Melissa consegue empregar essa classificação de forma a qualificar seu próprio corpo. Quando o sexo entra em discussão, ela se refere às suas origens negras e nordestinas para dizer de sua *neca odara*²⁴. Portanto, ela brinca o tempo todo com as ambiguidades regionais e étnicas, utilizando-se de forma qualificadora ou desqualificadora, ora para si mesma e ora para os outros, a depender do contexto.

Ao mesmo tempo em que Melissa qualificava as características de suas amigas e rivais²⁵, eu percebia que outras qualificações e articulações eram feitas comigo. Alguns atributos meus eram aproveitados no sentido de “agregar valor”, quero dizer que por ser um homem, branco, de classe média e universitário, quando ela “desfilava” comigo em um bar frequentado por outras travestis, a minha presença trazia certa segurança e a reposicionava na situação e no próprio bar, uma vez que nessa ocasião eu não era um cliente, até porque a maioria dos clientes não as levam para um bar. Essa situação me transformava em um namorado, o que mostrava para as outras pessoas do bar, inclusive

²⁴ “Neca” se refere ao pênis e “odara” que dizer grande.

²⁵ Expressão que Melissa utilizava para descrever a relação com outras travestis, que oscilava entre momentos de amizade e companheirismo e momentos de rivalidade.

outras travestis, que Melissa tinha características valorizadas por um homem, branco e universitário.

Quando saíamos juntos de carro, Melissa sempre escolhia um bar, ou qualquer outro lugar, que se localizasse no centro da cidade. A “volta de carro” significava acesso a lugares na cidade que ela não costuma frequentar, seja pela exposição maior à violência ou pela própria dificuldade em se locomover, pois ela geralmente depende do transporte público do município.

No fim dos passeios, o ponto final era sempre a Avenida Getúlio Vargas, local de concentração da prostituição de travestis e mulheres. Antes de escolher uma esquina para descer, Melissa pedia para que eu desse uma volta em toda a avenida, assim ela poderia ver como estava o movimento e decidir qual o melhor ponto para ficar.

Em uma dessas voltas, quando Melissa viu uma amiga e rival parada em uma esquina, pediu para que eu estacionasse o carro bem na frente dela. Assim que estacionei, Melissa conferiu se a amiga estava olhando e logo me deu um beijo no rosto, se despedindo, saiu do carro e disse em voz alta, quase gritando, “Arrasou, valeu pelo *aque* e pelo *piris*, qualquer coisa te ligo”. Nessa situação, Melissa quis mostrar para a outra travesti que tinha acabado de fazer um programa bem sucedido (“arrasou”), com uma boa quantia de dinheiro (“*aque*”) e ainda tinha recebido uma quantidade de cocaína (“*piris*”). Além disso, o “qualquer coisa te ligo” mostrava que ela tinha o meu telefone e poderia marcar outro encontro/programa a qualquer momento.

2.3. O *gayzinho* vai ao terreiro, se monta, depois desmonta e vai ao culto.

Claudinho tem 18 anos, às vezes se monta para a noite e a montagem de sua feminilidade está muito relacionada ao contexto da prostituição. Faz uso de cocaína há

algum tempo, não deixando muito claro sobre a quantidade e frequência desse uso. Ficou internado recentemente, durante três meses, em uma clínica de recuperação no interior de São Paulo.

A montagem e desmontagem estratégica também é um recurso bastante utilizado por ele. Claudinho sabe muito bem em quais lugares pode se montar e em quais contextos deve *fazer a linha gayzinho*. Diferentemente de Melissa, ele passa a maior parte do dia, inclusive dentro de casa, com roupas masculinas, em muitas ocasiões uma camiseta ou um “shortinho” mais apertados, mas nunca esmalte ou maquiagem.

Por morar com os pais e irmãos que não aceitam seus investimentos nos processos de travestilidades, Claudinho está sempre preocupado com sua aparência dentro de casa. Ele relata que quando se utiliza de roupas mais apertadas ou algum acessório feminino dentro de casa, tanto os pais quanto os irmãos falam para ele se trocar imediatamente.

A *pista*²⁶, geralmente com Melissa, é um dos poucos locais onde Claudinho pode se montar. Sai gayzinho de casa, com o picumã e o salto na bolsa, e se dirige à casa de Melissa ou de outra amiga onde pode, finalmente, se preparar e ficar *belíssima para a noite*.

Claudinho também tem uma relação antiga com o Candomblé²⁷, frequentando alguns terreiros²⁸ desde o início da adolescência. Ele me explica que por ter um grau de

²⁶ Pista é o nome que se dá aos locais de prostituição em meio aberto - praça, ruas, avenidas etc. (DUQUE, 2009).

²⁷ Religião brasileira dos orixás e outras divindades africanas que se constituiu na Bahia no século XIX - e demais modalidades religiosas conhecidas pelas denominações regionais de xangô, em Pernambuco, tambor-de-mina, no Maranhão, e batuque, no Rio Grande do Sul formavam, até meados do século XX, uma espécie de instituição de resistência cultural, primeiramente dos africanos, e depois dos afrodescendentes, resistência à escravidão e aos mecanismos de dominação da sociedade branca e cristã que marginalizou os negros e os mestiços mesmo após a abolição da escravatura (PRANDI, 2004).

²⁸ Reunião não organizada e dispersa de grupos pequenos e quase domésticos (PRANDI, 2004) relacionados às religiões afrobrasileiras.

mediunidade, participa de alguns eventos de possessão o que, de acordo com Magnani (1986):

é a forma de contato com o sobrenatural através da incorporação de entidades espirituais nos iniciados que, momentaneamente despojados de suas características individuais, passam a agir sob a influência daquelas entidades; em alguns contextos o mesmo que transe (MAGNANI, 1986, p. 60).

Essa relação de Claudinho com o Candomblé lhe proporciona alguns espaços para o encontro com determinadas formas de feminilidade. A entidade que ele incorpora é a “Pomba-Gira”, que é “dotada de uma beleza ‘física’ e uma vaidade que bem correspondem à expectativa em relação ao papel feminino” (NASCIMENTO; SOUZA; TRINDADE, 2001). Esta entidade "trata dos casos de amor, protege as mulheres que a procuram, é capaz de propiciar qualquer tipo de união amorosa e sexual" (PRANDI, 1996, p. 148).

Alguns autores ainda relacionam a Pomba-Gira com a prostituição,

Como é mulher, sua associação ao Mal, sua demonização passa pela imemorial marca infamante da feminilidade: a luxúria. Encarnada noutro antigo estereótipo: a prostituta. Uma 'mulher da vida', com 'sete maridos', bem marcada, me parece, pelo tempo em que se constituía a Umbanda no espaço urbano: vários dos seus pontos cantados que ouvi, remetem a um espaço escuso da cidade, que já foi sinônimo de devassidão e 'mulher perdida': a Pomba-Gira é de cabaré (MEYER, 1993, p. 104-105).

Essa contextualização das crenças do Candomblé é importante porque pude perceber que Claudinho transformava os graus de empenho na construção de sua feminilidade, a depender, principalmente, dos espaços religiosos que frequentava. No período em que o Candomblé era sua principal referência, tanto em relação a um lugar de sociabilidade quanto de crença e religiosidade, ele se permitia um investimento maior no processo de travestilidade.

Não pretendo relacionar diretamente o Candomblé com a travestilidade de Claudinho, até porque como ele explica, quando a possessão acontece e a entidade pede o uso de roupas e adereços femininos, não é o Claudinho que está usando todos estes acessórios, e sim a Pomba-Gira. O que quero dizer é que estes encontros com o Candomblé acabavam facilitando a experimentação dos processos de travestilidade em outros contextos, o que não acontecia quando o referencial religioso era uma igreja pentecostal²⁹.

A família de Claudinho se considera evangélica e todos frequentam uma igreja perto de sua casa. Além da família, ele tem duas amigas que participam dos cultos³⁰ com frequência e, recentemente, Claudinho começou a frequentar os cultos principalmente com essas amigas.

A mãe de Claudinho chegou a afirmar algumas vezes que o “problema” dele era uma questão de “espírito trocado”. Natividade (2006) analisa a “cura” da homossexualidade, a fundamentada nas perspectivas das pastorais evangélicas; ele demonstra como a homossexualidade é considerada possessão demoníaca, principalmente relacionada à adesão a rituais e crenças não evangélicos, ele assinala a concepção de que as:

práticas homossexuais são apreendidas em experiências negativas de abuso, trauma, violência e rejeição (versão psicológica); ou dizem respeito a uma complexa cadeia de significados cosmológicos que recorre à teologia da batalha espiritual ao considerar a atuação de demônios sobre a esfera da sexualidade dos indivíduos (NATIVIDADE, 2006, p.119).

Do mesmo modo como constroem a homossexualidade não como doença, mas como possessão demoníaca ou resultado de traumas sofridos durante a vida (como por

²⁹ Ronaldo de Almeida (2009) explica que a partir da década de 1950 se prolifera o número de igrejas pentecostais no Brasil (chamadas no senso comum de “evangélicas”), muitas delas reproduzindo as mesmas ideias e crenças, mas se nomeando de forma diferente por disputas e dissidências.

³⁰ Os encontros religiosos para as religiões pentecostais são chamados de cultos.

exemplo, abuso sexual), algumas igrejas evangélicas prescrevem a “cura” dessa possessão dentro de rituais e crenças próprios; o que acaba sendo utilizado como potencial atrativo para novos fiéis.

Claudinho frequentou pouco esta igreja, mas, durante esse tempo, concomitantemente ao surgimento da travestilidade como possessão em seu discurso, desapareceram os processos de montagem de sua feminilidade.

Mais uma vez não pretendo relacionar a igreja evangélica com a desmontagem das feminilidades de Claudinho, apenas tentar revelar que seu processo de montagens e desmontagens flutuava, assim como flutuava sua inserção em diferentes contextos religiosos, o que, de certa forma, refletia em seu discurso igualmente como se refletia em seu corpo.

2.4. *Bofinho ex-travesti* e as montagens e desmontagens institucionais

Jonas já foi Nikeli e agora é Jonas de novo, tem 18 anos e já se reconheceu gayzinho e travesti, hoje em dia, quando perguntado, diz que é um *bofinho ex-travesti*. Nosso contato anterior possibilitou a percepção do seu processo de investimento corporal e subjetivo em relação à travestilidade. Desde os primeiros esmaltes e pulseiras até a ingestão e injeção de hormônios femininos. Um processo de transformação ao mesmo tempo prazeroso e violento.

Diferentemente do caso das montagens e desmontagens estratégicas de Simone, Jonas passou por uma experiência distinta, o que chamarei aqui de montagem e desmontagem institucional das masculinidades e feminilidades. A grande diferença entre as montagens e desmontagens estratégicas e as institucionais está no sujeito que delibera a ação, quero dizer que existe uma diferença entre a decisão de se

montar/desmontar por sobrevivência ou mesmo pelo desejo, e ser montada/desmontada por ações técnicas e institucionais.

Jonas faz uso de algumas substâncias psicoativas lícitas e ilícitas há algum tempo, a maconha na praça para passar a tarde com amigas, o álcool para a desinibição na noite ou a cocaína para se manter firme e com disposição para suportar a maratona de programas sexuais, ou ainda tudo junto em um dia ou uma noite, porque afinal, tais substâncias trazem prazeres momentâneos. A finalidade aqui não é discutir benefícios e malefícios, ou graus de dependência de cada substância, mas tentar perceber razões e motivações para alguns diferentes usos.

No caso de Jonas, mais recentemente, houve a utilização de crack durante alguns meses. Esse uso começou a interferir em sua vida cotidiana e na relação com sua família, quando ele, às vezes, passava semanas inteiras sem voltar para casa.

Foi quando a família acionou o Conselho Tutelar do município, que logo se articulou com o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS/AD), instituição que realiza atendimentos para crianças e adolescentes que fazem uso constante de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas na cidade.

Os profissionais do CAPS/AD julgaram o caso como grave e a proposição técnica para se lidar com ele foi a sugestão da internação de Jonas em uma Comunidade Terapêutica, para a desintoxicação e “cura do vício” pela abstinência. A mãe e outros familiares apoiaram a decisão e a internação foi realizada em março de 2011.

A principal questão é que Jonas foi internado (naquela época era Nikeli com picumã, esmalte e no salto) em uma Comunidade Terapêutica que possui diretrizes de “cuidado” baseadas em crenças, valores e conceitos religiosos. Desse modo, os processos de atenção em saúde, mesmo do setor público, se misturam a procedimentos de cunho privado e religioso, numa atuação que reúne aportes “supostamente”

profissionais/científicos e preceitos valorativos e de fé, na direção da imposição da transformação de práticas, comportamentos, subjetividades e corpos.

Depois de sete meses de internação, nos foi aberta a possibilidade de uma visita a Jonas na Comunidade Terapêutica, em conjunto com alguns dos seus familiares. Nessa ocasião, pudemos notar a efetiva desmontagem e remontagem de um corpo através de práticas institucionais. Jonas já não tinha signos femininos, não usava batom e acessórios, o cabelo tinha sido cortado, assim como as unhas (sem esmaltes), porém, o que mais chamava a atenção não eram todas essas características, ou mesmo a barba um pouco crescida, eram os músculos adquiridos, era a presença de um corpo-homem.

Uma das falas de sua mãe, no momento da visita, foi bastante representativa: “eu quero que ele seja curado das drogas, se ele vai voltar Jonas ou Nikeli não importa, só quero ele longe das drogas, você acha que eu não vou amar meu filho por isso? Tanto faz como ele voltar, só quero ele sem drogas”

Quando todos os outros familiares viram o Jonas, e aqui efetivamente cabe o masculino, pois Nikeli estava totalmente desmontada, todos se chocaram com o “andar macho” que ele trazia; as primeiras frases se mesclavam entre a chacota e a admiração, mas, de qualquer forma, todos se referiam à masculinidade adquirida no “processo terapêutico”, no qual, a aparência masculina e a abstinência eram apreendidas como correção, normalidade e, daí, como saúde.

A atividade de musculação é utilizada de forma obrigatória para os homens, e também para as travestis, é uma das atividades esportivas realizada na Comunidade Terapêutica, e no caso de Jonas, utilizada de forma estratégica para o aumento do volume muscular.

A mistura do feminino e do masculino se fez em Jonas, o corpo malhado adquirido nas sessões de musculação e de terapia mostrava o que é aparentemente

masculino e logicamente saudável, ao mesmo tempo em que se misturavam os artefatos e os adereços femininos, talvez no sujeito que permanecia, o que foi marcado pelo “roubo” do batom da mãe e pela rápida passada em seus lábios.

O objetivo de “cura do vício”, que demandaria ajuda profissional/terapêutica, se transforma em cura de comportamentos e práticas em torno do exercício da sexualidade, baseando-se nos preceitos e valores da “Comunidade”, não necessariamente “Terapêutica”; ou seja, o principal tema para o “cuidado/atendimento” não é mais o uso da substância psicoativa, mas a expressão de uma sexualidade não normativa.

A articulação entre as instituições (CAPS/AD e Comunidade Terapêutica) com os objetivos de cura do vício e de adequação social, por meio da abstinência de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas e da releitura de valores sobre trabalho, responsabilidade pessoal e vida social participativa, segundo valores judaico-cristãos, é uma relação existente entre instituições públicas e outras de interesse privado, sendo que tais conexões incidem sobre sujeitos, em sua dimensão corporal e em suas experiências subjetivas, apoiando-se em práticas e discursos médicos/clínicos e religiosos.

Nessa articulação, os processos de desmontagem se dão dentro da heteronormatividade, para a qual certas existências são valorizadas e outras são marginalizadas ou consideradas inadequadas, a serem “tratadas” e reeducadas, apontando quem pode ser como é e quem precisa ser curado e transformado.

Sobre esses corpos, um coletivo se impõe, violentamente, para demarcar o território do gênero; essa demarcação resulta em exclusão social, econômica, jurídica, política e interpessoal de sujeitos e de seus corpos (OCHOA, 2004). Em todos esses processos de montagem e desmontagem, pessoais e institucionais, a problemática que se coloca é sempre o poder.

Jonas saiu da Comunidade Terapêutica em abril de 2012, e logo quando fui revê-lo, a principal surpresa não foi a constatação de seu corpo ou seus músculos, o que mais me chamou atenção foram seus discursos. Ele disse que já não era travesti, principalmente porque não queria voltar àquela vida anterior à internação, contando que não pode mais usar roupas de mulher e que agora ele não quer mais “essas coisas” para sua vida. O interessante nessa fala é que ele utiliza a expressão “não posso” ao invés de “não quero”.

Quando ele me conta sobre os atendimentos da Comunidade Terapêutica, fica clara a importância para os profissionais desta instituição em explicar para Jonas que o problema para ele não é o uso da droga e sim a utilização de roupas femininas. Há uma equação, quase uma lei matemática, que estabelece e relaciona as roupas femininas com prostituição e uso de drogas, não podendo esses elementos existirem de forma separada e independente.

Quando Jonas diz “eu não quero mais essas coisas”, ele se refere ao efeito que o uso constante de drogas, nesse caso principalmente o crack, teve em sua vida. Mas como nessa equação as causas e efeitos significam praticamente a mesma coisa, os processos de travestilidade devem ser estancados.

Da mesma maneira em que esta intervenção institucional no corpo de Jonas causou a desmontagem da feminilidade e a montagem de uma masculinidade, possibilitou uma inserção de Jonas no mercado de trabalho fora do contexto da prostituição. Atualmente, Jonas frequenta uma igreja pentecostal, três vezes na semana, e está trabalhando em uma loja de calçados no centro da cidade. Essa inserção é encarada por Jonas e pela família como uma conquista, principalmente confirmando as possibilidades e ganhos por sua adequação a um corpo normativo, reiterando os benefícios de se ter um trabalho, concomitantemente ao surgimento, pelo menos em sua

fala, da necessidade de se relacionar afetivamente com garotas e de constituir uma família.

III. Em casa, na *pista* ou na escola é tanto *babado*

3.1. Com o salto em casa ou na bolsa: sobre laços e famílias.

Durante o tempo de pesquisa de campo pude me aproximar ainda mais das famílias de Melissa e Jonas e acompanhar, de maneira um pouco mais distante, as famílias de Claudinho e Simone. Entre um cafezinho “passado na hora” na casa de Jonas e um convite para o jantar na casa de Melissa, já estava bastante integrado às conversas cotidianas sobre as notícias dos jornais, as reviravoltas das novelas ou sobre o casamento do Ricardinho, filho da dona Cida da padaria, ou ainda sobre a gravidez de Michele que trabalha na rua de baixo.

Todas as jovens que participaram desta pesquisa continuam morando em casa e vivendo com suas famílias, o que já tinha sido observado por Tiago Duque (2009), quando sugere que:

a despeito de toda homofobia a que estão expostos em casa desde a infância (BENEDETTI, 2005), parte dos sujeitos que tenho pesquisado, não têm rompido os laços com seus familiares. Diferentemente do que ocorria frequentemente com a geração anterior, muitas travestis adolescentes não têm sido expulsas de casa por seus pais, apresentando uma realidade bastante diferente daquela descrita por Pelúcio (2007), em que as travestis, quando se “assumiam”, tinham o espaço doméstico da família, via de regra, insustentável. (DUQUE, 2009, p. 79).

Melissa é a única que, ainda hoje, utiliza roupas e adereços femininos em todos os espaços que frequenta, desde as ruas do bairro até dentro da própria casa. Seus familiares acompanharam todo o processo de sua transformação corporal e estética, e sabem que todas as noites quando sai de casa, ela vai para a Avenida Getúlio Vargas trabalhar.

Ela mora com a mãe e o padrasto, ambos frequentadores de uma igreja neopentecostal. Apesar da formação religiosa rígida sobre as concepções de homem, mulher e família, eles não encaram o investimento nos processos de travestilidade de Melissa como um problema, pelo contrário, em certos momentos eles até demonstram certa admiração, como quando fui levar as fotos de um dos shows de *bate cabelo* que Melissa fez. Neste dia, os dois comentaram, com muitos elogios, foto por foto a performance dela.

Para eles, o único problema é a relação de Melissa com os espaços de prostituição, pois eles sempre falam com muita preocupação sobre todos os tipos de violência a que ela está exposta nas ruas e esquinas em que trabalha, ainda mais por saberem que ela frequenta os espaços de prostituição de rua desde os 14 anos.

Já para a família de Jonas, o grande problema não é nem o investimento nos processos de transformação corporal, nem a exposição à violência das ruas, mas a relação que ele tem com as substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.

Pelo discurso de sua mãe e de suas irmãs, o problema está na utilização das drogas, o que, para elas, está diretamente relacionado com a *montagem* e a ida aos lugares de prostituição. Para elas, a saia, a maquiagem e o salto alto significam prostituição, o que concomitantemente se transforma em uso de drogas. Depois que saiu da internação, Jonas não utiliza nenhuma roupa ou acessório feminino.

Com a família de Claudinho, minha relação foi um pouco mais complicada, pois nunca soube ao certo o quanto seus pais e irmãos sabiam de suas *montagens* e de sua frequência nos espaços de prostituição de rua e, exatamente por não saber, não me sentia à vontade em abordar estes assuntos em nossas conversas.

Todas as vezes que encontrei Claudinho em casa, ele estava *fazendo a linha boyzinho*, com uma roupa mais ou menos apertada, mas nunca um adereço feminino, às

vezes apenas traços e restos de maquiagem da noite anterior. Por considerar sua família bastante religiosa e conservadora, Claudinho nunca se monta em sua própria casa e quando sai à noite, coloca suas roupas, *picumã* e o salto na bolsa, e vai para a casa de alguma amiga, onde pode mais livremente se vestir para a noite.

Para Simone, sua família aceita bem o fato de ela se relacionar afetiva e sexualmente com rapazes e também às vezes se *montar* dentro e fora de casa. Ela diz que sua mãe gosta de lhe ajudar a escolher uma ou outra roupa para sair de casa, e ao mesmo tempo, sempre quer que Simone dê suas opiniões para roupas e acessórios, bem como para fazer sua maquiagem e diferentes penteados, por achar que o filho tem muita habilidade nessa área.

Diferentemente da situação de Melissa, para a qual o salto e a minissaia já fazem parte da vivência familiar, para as famílias de Jonas e Claudinho, os investimentos delas nos processos de travestilidade significam, dentre outras possíveis violências, a vivência na prostituição e o acesso às substâncias psicoativas ilícitas.

É interessante perceber nos discursos de Melissa, Jonas, Claudinho e Simone que grande parte da vida social delas está dividida entre dentro e fora da casa dos pais. Esta dualidade possui outras reverberações: dentro de casa é o lugar reservado para as atitudes e situações consideradas corretas ao passo que o fora de casa se reserva aos erros e situações menos valorizadas, isso tudo dentro de uma lógica burguesa e cristã de “certo” e “errado”.

Apesar de não serem burguesas nem necessariamente cristãs, elas muitas vezes partilham dos valores culturais estabelecidos e valorizados como norma e, não obstante, constroem seus corpos, identidades e subjetividades sempre na relação entre as demandas e expectativas de normatização e suas próprias vontades e desejos.

É esta lógica que permite à Melissa negociar a entrada de um namorado para dentro da casa de seus pais, pois quando a mãe em princípio nega a presença do namorado, Melissa utiliza o argumento de que é melhor ela estar namorando dentro de casa, perto dos olhos dos pais, do que passar a noite fora de casa, longe do alcance da família e exposta a violências.

Assim como Melissa, Simone utiliza a mesma estratégia para conseguir que a mãe a ajude na compra de materiais e instrumentos para seu trabalho como cabelereira, argumentando que é melhor ela trabalhar como cabelereira dentro de casa do que indo à Avenida Getúlio Vargas para trabalhar nos espaços de prostituição.

Este dentro e fora é cotidianamente negociado entre elas e seus familiares, alimentado e realimentado dentro deste contexto, elas conseguem, em diferentes níveis, subverter esta mesma lógica na qual se baseiam.

Desta forma, para além das ajudas financeiras, o não rompimento dos laços familiares certamente é um dado importante na medida em que a estadia prolongada na casa dos pais, em variados níveis de consciência e de concordância sobre os processos de travestilidade dos filhos, influencia tanto em questões dos espaços de sociabilidade, quanto na constituição das redes de suporte social e pessoal, reposicionando algumas dessas jovens nas diferentes configurações e contextos familiares.

3.2. Na *pista*, entre gentes e carros que têm gentes³¹.

Andar pela noite da Avenida Getúlio Vargas com Melissa é sempre uma aventura. Assim como as outras jovens que participaram desta pesquisa, ela começou a

³¹ Obrigado à Joana pela inspiração de seu texto sobre um semáforo no centro da cidade de Lisboa, feito para o Workshop de Escrita Etnográfica realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em julho de 2012.

ter experiências esporádicas com o mercado do sexo pago desde aproximadamente o início de seus 14 anos. Por já frequentar este espaço há muito tempo, conhece bem os lugares onde pode ou não estar, assim como dentre os que ela pode estar, aqueles que são melhores para o início ou para o fim da noite.

Esta região da Getúlio (ou “Gê” como Melissa gostava de chamar para demonstrar sua intimidade com os espaços) se constitui como multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004), na medida em que durante o dia se caracteriza como área de comércio automotivo, com inúmeras lojas concessionárias para venda de carros entre os chamados “populares” até os mais luxuosos, além de inúmeros postos de combustível e oficinas mecânicas (por ser uma das principais áreas de entrada/saída da cidade) e durante o período noturno estas mesmas ruas se transformam em espaços de prostituição feminina, de mulheres e travestis.

Caminhando com Melissa, à noite pela Getúlio, logo paramos em uma das esquinas onde ela frequentemente prefere ficar. Imediatamente, ela se dirige para a esquina e eu sento em uma mureta de concreto um pouco mais afastada, para não atrapalhar o fluxo ou espantar os clientes.

As ruas estão um pouco vazias, o baixo trânsito é formado por carros passando para diferentes lugares e com diversas velocidades, apesar de também se perceber algumas motos, bicicletas e às vezes algumas pessoas caminhando. Há carros importados, populares e em um determinado momento, uma carroça.

Enquanto os carros passam, Melissa ora se penteia e corrige o batom, ora diminui a saia e ajeita a *neca*. As cabeças das pessoas no interior dos carros (e também a de Melissa) rodam assim como rodam seus corpos, a procura de algo, eu ainda não sei, posso supor.

O interior dos carros ora são mundos inacessíveis, ora são grande exibição. Se entra e se sai. São passagens? Dão acesso a que? Têm pontos de convergência? Dissidência? Transgressão? O que é individualidade para uns pode ser extrema exposição para outros.

O carro que dá a volta e revolta, e volta mais uma vez pode ser o que possibilite o próximo dinheiro, o próximo *piris*, a próxima agressão, o próximo namorado ou a próxima carona para casa. Pode ser o privilégio da segurança a uns, ou a ameaça desconhecida para outros, mas ambos permitem acesso.

Acesso ao prazer, ao dinheiro, à materialização do desejo. Acessos a lugares, a mundos que se chocam, se encontram, se abraçam, se penetram, efetivamente penetram. O carro que pode levar ao motel, neste instante pode levar ao matagal, ou para casa, ou para a delegacia, ainda não se sabe, se espera. A espera pode gerar tensão, mas pode também dar prazer, tensão e medo, todos esses sentimentos e emoções se misturam antes que o carro pare.

Com a mesma velocidade que o carro vai parando, a frequência cardíaca começa a aumentar. O carro para, o coração dispara e as pernas se movimentam rijas em direção ao desconhecido, às vezes conhecido até demais. Nessa hora se engole a saliva seca, e vai, torcendo para que o momento se mostre bom. Bom certamente é o caminhar até o carro, quase como em um desfile, *fazendo a linha Gisele*³² na passarela, este é um dos principais momentos, a negociação. Antes eram corpos isolados, um mais protegido pelo carro e outro mais exposto pela esquina, mas agora o carro já está parado, e os dois corpos bem mais próximos.

³² Se referindo à Gisele Bündchen, uma das principais modelos brasileiras, conhecida mundialmente.

O desfile serve tanto para aproximar os corpos quanto para avaliar as possibilidades de se efetivar o programa sexual. Enquanto caminha, Melissa já avalia o carro e as próprias condições deste (se é novo, velho, usado, importado, se tem vidros automáticos, travas elétricas, etc.) até a pessoa que está no carro (se é jovem, velho, *maricona*³³, *sarado*³⁴, se é provavelmente ativo ou passivo sexualmente, se está sozinho ou com amigo, namorado ou namorada, etc.). Já para o sujeito (ou sujeitos) dentro do carro, estes segundos funcionam como uma última avaliação no sentido de verificar se a escolha foi a melhor para a realização do programa.

Depois do desfile e das primeiras palavras trocadas, o próximo momento pode ter dois rumos, um é voltar para a esquina (o que poucas vezes acontece depois de todo esse processo de sedução inicial), e o outro é a porta do carro que se abre. Quando esta segunda opção acontece, Melissa já sabe que alguma coisa ela vai conseguir.

Algumas vezes, Melissa me contou de casos nos quais ela foi convidada a entrar no carro e logo depois de pouco tempo de conversa o cliente desistiu de realizar o programa sexual, o que para ela (e para muitas outras pessoas que trabalham no contexto do sexo pago) é motivo de confusão, pois uma vez que se está dentro do carro, o programa começa, com o possível cliente querendo ou não, ele tem que pagar pelo tempo disponibilizado por ela, mesmo que tenha sido um “tempo perdido”. Nestes casos de clientes que desistem do programa, a solução encontrada por Melissa é “travar o carro” e esperar que ou o cliente pague, ou que o carro seja danificado.

Em uma noite, passeando de carro com Melissa e Claudinho, pergunto para elas como exatamente funciona esse “travar o carro”. Prontamente elas pedem para que eu

³³ Cliente de programa que tem traços masculinos, mas que muitas vezes é passivo no sexo (PELÚCIO, 2007). Pode se referir aos clientes mais velhos.

³⁴ Geralmente se refere aos homens com traços masculinos e que são mais fortes, praticantes de atividades de musculação.

encoste o carro em uma esquina, e assim que estaciono, sou surpreendido com Melissa (que estava sentada no banco da frente) puxando o freio-de-mão ao mesmo tempo em que tirava a chave-de-contato do carro, e imediatamente Claudinho (que estava sentada no banco traseiro) segura o meu cinto de segurança com força, de forma a posicioná-lo em minha garganta. Eu de repente estava ali, apenas imóvel.

É claro que neste momento não tive reação alguma, a não ser o choque de estar totalmente vulnerável dentro de meu próprio carro. Nessa hora eu daria a elas qualquer dinheiro que tivesse, entregaria relógio (se eu tivesse um) e até meus sapatos se elas quisessem. Desse jeito percebi como elas possuem diferentes estratégias de sobrevivência cotidiana, e como elas de certa forma conseguem revidar algumas situações de extrema violência.

Possivelmente estas estratégias nem sempre funcionam e não dão certo com todos os clientes e em todas as situações, por isso uma “tamancada” para quebrar o vidro do carro às vezes é o que dá para fazer, e em outras ocasiões apenas correr é o que resta.

Em outro dia andando de carro pela Getúlio encontrei Melissa e Claudinho (neste momento *toda montada*) sentadas em um ponto de ônibus. Resolvi parar o carro para conversar e, quando elas me viram, rapidamente entraram no carro e logo Melissa disse: “*Me tira daqui*”. Falei para as duas entrarem no carro e disse que as levaria para onde elas quisessem.

Quando elas entraram, Melissa começou a me contar o que tinha acabado de acontecer. As duas estavam na esquina quando dois rapazes desceram de uma moto, iniciaram uma conversa e logo começaram a acariciá-las. De repente o telefone de um dos rapazes começou a tocar, e Melissa pergunta se ele iria atender a chamada ou pagar o programa. Neste instante, um dos caras dá um soco no rosto de Melissa, que se

desequilibra do salto e cai no chão. Logo ela grita para Claudinho “*corre bicha! corre!*” e Claudinho sai correndo. Os dois rapazes se dispersam no meio da confusão, subiram na moto e foram embora.

As duas me contaram essa história dizendo que na verdade este episódio só poderia ter sido “um *doce*³⁵”. O “*doce*” nesse caso significa que a agressão foi encomendada por alguém. Perguntei se elas imaginavam quem tinha enviado o *doce*, elas responderam que tinham certeza, mas que era melhor não falar nada, porque logo elas revidariam.

Depois disso tudo, levei as duas para a casa de Melissa, achando que elas ficariam por lá, contudo me surpreendi quando elas disseram que só retocariam a maquiagem, arrumariam o *picumã* e trocariam de roupa para “*voltar e arrasar naquela rua*”. Enquanto elas se trocavam, ficaram me contando detalhes desta história e de outras.

Assim que as duas terminaram de se arrumar, eu disse que as levaria de volta, se elas quisessem, sugestão que foi imediatamente aceita juntamente com um pedido para, antes de ir, passar em outro lugar. Surpreendi-me novamente, pois o lugar que elas queriam ir era em uma rua paralela à casa de Melissa, onde antes mesmo de eu estacionar o carro, elas gritaram: “*dois pinos*”. Quando um rapaz que estava encostado na árvore se aproxima, elas entregam os dez reais de cada uma e em troca recebem dois pequenos papelotes de cocaína.

No caminho de volta à Avenida Getúlio Vargas, pergunto para elas sobre a cocaína e Melissa imediatamente responde: “*depois de tudo isso, temos que voltar*”

³⁵ Doce pode significar algo ruim, aprontar alguma coisa de mal para outra pessoa, mandar bater, ou armar situações constrangedoras e ameaçadoras. (PELÚCIO, 2007).

lindas pra rua, quando a gente aquenda o piris³⁶ fica mais fácil passar por tudo isso, sabe?”. Eu apenas respondi “sei” e depois disso, elas desceram em outra esquina da “Gê”.

Como já bem discutido em outras etnografias com travestis sobre os contextos do mercado do sexo pago (PELÚCIO, 2007; SILVA, 1993; BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2009), assim como na etnografia de Perlongher (1987) sobre as experiências dos *michês*, a entrada nos contextos da prostituição não é apenas resultante da impossibilidade de acesso aos “paradigmas da normalidade, mas da afirmatividade de uma recusa fatural. A recusa à disciplina do trabalho e à lógica da ordem pode assumir formas diretamente delinquentiais” (PERLONGHER, 1987, p.204). O estudo de Perlongher aponta para os itinerários da prostituição como expressão da recusa destes paradigmas de normalidade (DUQUE, 2009, p.40).

Mais do que formas de resistência e recusa de paradigmas, a prostituição aparece como um espaço que proporciona autonomia, na medida em que viabiliza um rendimento financeiro e, sobretudo, como meio e possibilidade de existência.

Este é um importante deslocamento, pois os contextos da prostituição deixam de ser considerados apenas como lugar de exposição, exploração e violência para serem compreendidos como importantes espaços de sociabilidade (BENEDETTI, 2005) e aprendizagem de técnicas de construção corporal (e inclusive técnicas de sobrevivência) para algumas jovens.

Na sociabilidade do mercado do sexo, muitos encontram reconhecimento e aprendem com seus pares as técnicas corporais para construir sua desejada estética particular. No caso das travestis, o processo inicia com o consumo de hormônios femininos indicados pelas mais experientes (DUQUE, 2009, p.40).

³⁶ Neste caso “aquendar o piris” significa fazer uso de cocaína.

Para Melissa, a prostituição além de ser o principal meio de conseguir dinheiro, para ela e para a família (pois com o dinheiro que ganha na *noite* ela consegue ajudar a pagar algumas contas da casa), é um dos poucos lugares onde ela pode efetivamente se *montar* e, além disso, ser valorizada por sua beleza feminina. A ideia de ser desejada na *noite*, e que os *bofes* pagam para estar com ela, transforma a “bicha pobre que apanha no banheiro da escola” em uma “bela travesti desejável para os *bofes*”.

3.3. Apenas *gayzinhos*, ou onde começam os *babados* na escola.

A história de Melissa, Jonas e Claudinho com a escola é muito parecida, apesar dos fluxos de desistência/retorno/permanência/desistência, todas estudaram na mesma escola e frequentaram as aulas até atingirem mais ou menos a mesma formação, Ensino Fundamental Incompleto.

Conheci as três quando se consideravam *gayzinhos*, mais ou menos afeminados dependendo do contexto. O momento em que eles começaram a ir para a escola vestindo acessórios femininos foi inclusive o período em que a escola começou a encarar esta situação como uma questão, um problema.

Segundo elas, a diretoria da instituição oficialmente nunca tinha chamado nenhuma das três para uma conversa sobre os problemas e as dificuldades que elas enfrentariam na escola por serem consideradas gays ou por desfilarem pelos corredores “todas *pintosas*³⁷”. Para elas, a situação só se tornou uma questão quando os acessórios femininos começaram a fazer parte do vestuário cotidiano, inclusive dentro da escola.

³⁷ “Pintosa” ou “dando pinta” se refere à pessoa homo-orientada que deixa transparecer, em seu comportamento, sua orientação sexual (PELÚCIO, 2007).

Quanto mais aumentavam os acessórios, mais esta relação se tornava um problema para a escola. O que antes era ignorado ou despercebido (voluntariamente ou involuntariamente) passa a ter uma grande visibilidade. A camiseta mais apertada se transforma em uma blusinha para mostrar a barriga “toda *trabalhada*” e o umbigo, às vezes com *piercing*. Além disso, a maquiagem começa a aparecer mais frequentemente, assim como o batom ou o brilho labial e um pouco de rímel.

Esse aumento de visibilidade era, ao mesmo tempo, percebido pela reação dos outros meninos e meninas da escola; que se misturavam entre amores e ódios (como elas gostavam de dizer), entre comentários e olhares deslumbrados e grotescos, entre desejos e abjeções.

É interessante perceber que para elas, na relação com a escola e com os outros estudantes, existe uma diferença importante entre o “antes” e o “depois” de começar a se montar. Um antes talvez marcado por um “passar despercebido” e um depois caracterizado por tudo, menos a invisibilidade nos corredores da escola.

Isso não significa que quando elas *faziam a linha gayzinho* eram mais bem aceitas ou não tinham nenhum tipo de problemas com os outros alunos, até porque, como elas me contavam, os *babados* e as confusões já aconteciam há muito tempo nos banheiros da escola.

Quero dizer que para a percepção da escola, a *montagem* no ambiente escolar, pelo menos naquele momento, era o limite do aceitável pois, enquanto elas iam para a escola “apenas *gayzinhos*” era como se não existisse um problema, uma questão a ser percebida e resolvida pela direção, mesmo que elas apanhassem ou *atendessem*³⁸ os

³⁸ “Atender” pode se referir a realizar um programa ou mesmo fazer sexo não pago.

*boys*³⁹ no banheiro da escola. A questão e o problema surgem quando os adereços femininos começam a ficar mais presentes neste ambiente.

Naquela época, as três tinham por volta de 14 anos e estudavam no período diurno, quando a direção da escola as chama para uma conversa sobre os problemas que estão acontecendo e como solução, sugere a transferências das três para o período noturno, com a alegação de que elas seriam mais bem aceitas pelos alunos mais velhos, que frequentam a escola no período noturno e, ao mesmo tempo, não seriam má influência para as crianças que estudam de manhã.

Depois da transferência de horários, os problemas não se solucionam, nem diminuem. Elas continuam frequentando a escola com acessórios femininos e permanecem as dificuldades na hora da “chamada⁴⁰”, na hora do intervalo ou na hora de utilizar os banheiros.

Jonas me conta que a última conversa com a escola foi um pouco mais difícil. A última solução encontrada pela direção foi dizer que elas eram muito bem aceitas na escola, mas que se quisessem frequentar as aulas, elas teriam de ir vestidos como meninos, porque de outra maneira não entrariam na escola.

A transferência para o período noturno já foi difícil em um primeiro momento porque os horários das aulas coincidiam com os horários do trabalho (nesta época as três frequentavam a Avenida Getúlio Vargas com certa assiduidade), depois desta intervenção e da impossibilidade de elas irem para a escola *montadas*, cada vez mais a vontade e o interesse em estar na escola foram diminuindo, até que as três resolveram, aos poucos, parar de frequentar o ambiente escolar.

³⁹ “Boys” pode se referir a garotos ou homens jovens.

⁴⁰ O momento da “chamada” é quando os professores, no início ou no fim da aula, verificam a presença dos alunos a partir de uma lista com todos os nomes.

O *babado* na escola passa também pelos banheiros. A porta com um símbolo masculino ou feminino funciona como um filtro, que além de separar os elementos acaba identificando e expondo algumas diferenças. Muitos são os símbolos para apenas duas possibilidades de portas, como aponta Beatriz Preciado, os emblemas são praticamente uma interpelação de gênero: “masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, cartola masculina ou chapéu feminino, bigodes ou flores, como se as pessoas tivessem que ir ao banheiro mais para reafirmar seu gênero do que se livrar da urina e das fezes” (PRECIADO, s/d, s/p, tradução livre).

No ambiente escolar, os banheiros possuem um caráter de definição, exposição e reiteração das normas de sexo e de gênero, sempre situadas de uma forma heteronormativa, ou seja,

os banheiros são espaços de alta densidade simbólica para a investigação das relações de gênero e sexualidade no contexto público e escolar. Materializam e expressam concepções e práticas de cuidado do corpo e do meio ambiente (...) marcadas por significados de sexo e gênero (TEIXEIRA; RAPOSO, 2007, p.1).

Como aponta Cruz (2011), “nosso binário modo de funcionar dividiu os meninos-pênis para um banheiro e as meninas-vaginas para outro. Quando no cotidiano da escola (e das sociedades) surgem aqueles que fogem ao processo classificatório instituído, a confusão se estabelece.” Assim, não há espaços, nem banheiros, que consigam conceber a existência de uma menina-pênis ou um menino-vagina visto que estes corpos, antes de tudo, não são inteligíveis.

No momento em que você se direciona a uma das duas opções de portas, acontece um posicionamento que transpassa o plano individual e subjetivo e alcança níveis de identificação coletiva, quero dizer que o direcionamento, para além de uma escolha consciente, é também uma identificação, uma exposição.

Simone continua estudando e atualmente está cursando o segundo ano do Ensino Médio em uma escola diferente da que as outras três jovens estudam. Ela não se sente à vontade em utilizar a porta masculina e, mais recentemente, não se sente habilitada a entrar no banheiro feminino, algumas confusões já aconteceram fora e dentro dessas portas, desde brincadeiras maldosas quando ela utilizava o lado masculino até uma advertência da direção que a proibiu de utilizar o banheiro feminino.

Quando ela se dirige ao lado masculino, decide não entrar porque reconhece que neste local ela não é filtrada totalmente, ficam presos e expostos seus cílios postiços, maquiagem e alguns esmaltes, além de saber que esta porta pode representar exposição a tipos de violência por parte dos garotos que entram e saem livremente por essa passagem.

Ao mesmo tempo, ela não consegue utilizar o banheiro feminino porque as regras da instituição escolar, e não especificamente desta escola, criam outro impedimento, um filtro bastante acurado que novamente não consegue filtrá-la por completo e, desta vez, o que a impede de passar pela porta das meninas é seu pênis.

Mas uma hora ou outra todos precisam utilizar o banheiro, inclusive as travestis. Em algumas situações Simone declarou que tenta não tomar muita água durante o tempo que está na escola para não precisar ir ao banheiro e às vezes tem que se segurar durante todo o período para conseguir utilizar o banheiro em sua casa, por ser um dos lugares onde ela pode entrar e sair sem se preocupar com os processos de filtração.

Como neste momento o transtorno é a porta, ou melhor, o problema é a Simone que não consegue se encaixar em nenhuma das portas, a solução que a escola encontrou e sugeriu foi a criação de uma terceira porta. Na verdade, esta terceira porta é um banheirinho escondido e isolado do pátio onde todos os alunos ficam durante o intervalo das aulas e os banheiros masculino e feminino se localizam.

Este banheiro sem luz e às vezes sem água é o filtro por onde Simone pode passar totalmente, é o local reservado e exclusivo para ela, é sua “esquina” dentro da escola, onde ela pode estar e existir. Estes jogos de visibilidade e invisibilidade, existência e inexistência são constantes na vida de Simone, não exclusivos a ela, mas reiteradamente constantes em seu cotidiano.

O dispositivo da sexualidade se reconfigura e se reatualiza nessa cena, mostrando os limites do aceitável e do inaceitável, do que pode ser visível e do que precisa ser escondido, exibindo constantemente que as fronteiras existem e que o câmbio e o próprio limite interfronteiras são perigosamente instáveis e ameaçadores. Portanto, para os que não se encaixam nos símbolos normativos do masculino e do feminino existe sempre (ou nem sempre?) um banheiro escondido e sem luz.

As diferenças de localização entre os banheiros posicionam não só quem precisa utilizar o banheiro escondido, mas principalmente recoloca no centro da vida social (no caso o pátio) os sujeitos normatizados (meninos e meninas). Nesta situação, não existe um sujeito que é escondido e um que é visualizado, o que acontece é que a situação se configura de um jeito em que a diferença geográfica expõe relações de interdependência e hierarquias que reatualizam os próprios limites.

A escola apareceu no discurso das minhas interlocutoras como uma ideia, uma vontade, uma expectativa, mas também se mostrou como ato, movimento e ação. Existe uma expectativa de transformação, uma idealização do potencial da escola em transformar realidades, conjuntamente com a existência de alguns movimentos efetivados pelos atos das repetidas tentativas de matrícula na escola. O principal problema observado por elas é que a contrapartida a este processo é pouca.

A escola é constituída de organizações e fluxos contraditórios pois, ao mesmo tempo em que preza pela integralidade e universalidade do acesso, cria barreiras e

formas de se encaixar neste sistema. Este fluxo de “fora e dentro” é para além das bordas da escola e evidencia de forma contundente quem são as pessoas que podem ou não se encaixar.

IV. Terapia ocupacional social e a circulação nos territórios

4.1. E o “social” na terapia ocupacional?

Tendo como embasamento a crítica elaborada por parte de alguns terapeutas ocupacionais em relação às bases e aos fundamentos das ações profissionais, as questões sociais tornam-se elementos intrínsecos de uma determinada terapia ocupacional no Brasil (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002).

Parte das reflexões a respeito das atuações profissionais em instituições totais (GOFFMAN, 1974) e instituições de violência (BASAGLIA e BASAGLIA, 1977) gerou inquietações frente ao papel profissional esperado que, em meados do Séc. XX, tinha como objetivo diminuir o vazio ocupacional, através do “uso terapêutico das ocupações” e sob uma perspectiva médica de tratamento no interior de instituições asilares, principalmente, para pessoas com transtornos e sofrimentos mentais (NASCIMENTO, 1991; CASTRO, LIMA e BRUNELLO, 2001).

Dentro de uma concepção de tratamento moral (proposto por Philippe Pinel), a prática dos profissionais dentro destas instituições se baseava no entendimento e no uso das atividades como importantes elementos da lógica asilar porque objetivavam combater a ociosidade (e o vazio institucional) e auxiliar na manutenção das próprias instituições (NASCIMENTO, 1991; CASTRO, LIMA e BRUNELLO, 2001).

Iniciam-se questionamentos sobre o nível de constrangimento e poder que cada instituição exerce (principalmente inspirados em Michel Foucault), bem como do papel e comprometimento político dos técnicos inseridos naquelas instituições, embasados em Franco Basaglia e Antonio Gramsci (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002). Nesse

contexto, na década de 1970 e início dos anos de 1980, os profissionais trabalhavam exercendo o papel de promotores de adaptação social (GALHEIGO, 1997).

Foucault (1997) questiona o poder como uma noção centralizadora, um lugar específico, uma essência, desta forma ele propõe

analisá-lo, ao contrário, como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos ou grupos – relações que têm como questão central a conduta do outro ou dos outros, e que podem recorrer a técnicas e procedimentos diversos, dependendo dos casos, dos quadros institucionais em que ela se desenvolve, dos grupos sociais ou das épocas. (FOUCAULT, 1997, p.110).

Continuando com seu argumento, ele aponta como este poder é percebido nas relações da vida cotidiana e nos mostra como se adquire maior eficácia quando inserido em um contexto institucional. Neste sentido, Foucault faz uma ressalva, assinalando a crítica ao modo de se analisar o poder apenas nos moldes tradicionais, para ele,

as relações de poder enraízam-se no conjunto da rede social. Isto não significa, contudo, que haja um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina até o menor elemento da sociedade. [...] É certo que o Estado nas sociedades contemporâneas não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – do exercício do poder, mas que, de certo modo, todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem. Porém, não porque cada um dele derive. Mas, antes, porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder [...]. (FOUCAULT, 1995, p.247)

Partindo desta concepção, as instituições são práticas sociais que se repetem e se legitimam enquanto se repetem, ao mesmo tempo em que tentam atingir os objetivos para os quais foram criadas, acabam por enquadrar e produzir determinadas subjetividades.

Gramsci (1985) discute as instituições enquanto espaço de hegemonização de valores das classes dominantes, em uma crítica ao papel do intelectual enquanto delegado e agente do consentimento e do consenso. Seriam esses intelectuais

funcionários do consenso “espontâneo” levando a grande massa da população na direção imprimida à vida social pelo grupo dominante; funcionários do aparato de coerção estatal que assegura o processo disciplinador de grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, com dominação hegemônica. Neste contexto, a sociedade civil passa a ser compreendida como espaço de hegemonização de valores das classes dominantes com relação às quais o intelectual atua como delegado para o estabelecimento do consentimento e do consenso (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p.96).

Basaglia e Basaglia (1977) discutem o papel dos técnicos de saúde, principalmente inspirados em Gramsci e Foucault, afirmando que seria necessário que os técnicos compreendessem a interrelação entre ação profissional e política para poderem dialetizar seu “mandato social” de delegados de valores dominantes (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p.96).

Assim, os profissionais preocupados com a dinâmica social geradora de um quadro de extremas desigualdades sociais buscavam discutir tais questões no âmbito da própria disciplina, perguntando se esse seria um campo com objeto e método específicos de atuação. Esse debate permitiu que se percebessem os riscos e a necessidade de se definir os limites da profissionalidade, evidenciando que a terapia ocupacional não se definia apenas no interior da própria profissão.

Tendo uma ampla e importante matriz historicamente situada na área da saúde e a grande maioria dos atendimentos e serviços de terapia ocupacional voltado às populações consideradas “clássicas” nessa área, como nos centros de reabilitação física e nas diferentes instituições para os cuidados em saúde mental, estes profissionais vão aos poucos focalizando o “social”, contudo, esta compreensão aparece substantivada e esvaziada de historicidade, sendo incorporada como um aspecto (entre outros) no interior de uma racionalidade fragmentadora e redutora, o que teve rebatimentos nesta perspectiva totalizante que não aprofundou a leitura sobre os movimentos sociais ou

sobre a demanda crescente constituída pelas relações de uma sociedade marcada pela desigualdade social (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

Naquele momento, a terapia ocupacional necessitou superar a concepção de profissão exclusivamente da saúde, se deslocando de seu paradigma de fundação vinculado à mediação saúde-doença, extrapolando os riscos da medicalização e psicologização dos conflitos sociais (BARROS, LOPES e GHIRARDI, 2002). Estes profissionais começam a se sentirem convocados a habilitarem-se para trabalhar com problemáticas que surgem dos paradoxos de uma sociedade marcada pelas desigualdades, tentando transitar entre os contextos individuais e coletivos e tendo a cidadania como um princípio orientador de suas ações e intervenções técnicas (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007; BARROS, 2004).

Já nos fins da década de 1980, mudanças econômicas e políticas acabaram por influenciar a prática dos terapeutas ocupacionais que, por sua vez, assumiram diferentes áreas de atuação ancoradas por políticas sociais implementadas em uma conjuntura de democratização da sociedade brasileira.

Em conjunto com os movimentos de reforma sanitária e reforma psiquiátrica, a terapia ocupacional passa a se direcionar pela “desconstrução” da lógica asilar e pela construção de um olhar focado para as ações nos territórios das vidas dos sujeitos, organizando serviços e pensando estratégias de ação para além dos muros institucionais.

A proposta de um campo social na terapia ocupacional assume, nos anos de 1990, sentidos novos e diversas implicações, resultado de esforços em renunciar a adoção de modelos redutores e de perspectivas simplificadoras da compreensão das questões sociais, redefinindo objetos e instrumentos de intervenção, estabelecendo a profissão em bases mais largas (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002; BARROS, 2004).

Dessa forma, o foco das ações passa a não ser mais o indivíduo em sua singularidade, mas a coletividade e as relações estabelecidas, procurando compreender as interações que atuam sobre os sujeitos, determinando as variadas formas e intensidades de vulnerabilização das redes sociais de suporte (LOPES et. al, 2008). Da discussão sobre possíveis terapêuticas e programas individuais de intervenção e reabilitação, os profissionais passam a se focar na articulação da comunidade com seu território e na disponibilização e articulação dos serviços públicos e das diversas ações para as diferentes populações.

Estas reconfigurações epistemológicas possibilitam o questionamento das práticas e concepções dos terapeutas ocupacionais que se voltam para as questões sociais, demandando o descentramento das compreensões, das ações, dos espaços de intervenção e dos próprios conceitos utilizados nestes contextos, reposicionando os sujeitos envolvidos em cada situação (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

Estas autoras que fizeram a retomada da terapia ocupacional social nos anos de 1990 (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002; BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007) propõem um descentramento que parte da valorização e centralidade do saber disciplinar dos técnicos, reconhecendo os limites de suas ações, para a consideração de saberes e respostas plurais diante das questões sociais, considerando as possibilidades de articulação e resolução própria dos sujeitos.

O mesmo acontece quando o foco central para as ações dos terapeutas ocupacionais sai dos contextos individuais do sujeito (considerado corpo/mente doente ou desviante) e passa para as conjunções coletivas, nas quais os significados culturais não podem ser desconectados das vivências pessoais.

Os contextos de ação dos profissionais se reconfiguram na medida em que os espaços institucionais e os chamados *settings terapêuticos* dão lugar para os espaços da

vida cotidiana, valorizando-se os territórios, as configurações das identidades e as diferentes formas de pertencimento dos sujeitos, individuais e coletivos.

Por último, além da leitura dos conceitos e contribuições sócio-antropológicas específicas para este campo, faz-se necessário o descentramento do conceito de atividade, dentro do contexto da terapia ocupacional, como processo unicamente individual e com potencial de reabilitação para inseri-lo na história dos sujeitos e comunidades, dentro de sua relevância e pertinência cultural (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007). As atividades e os fazeres da vida cotidiana dos sujeitos representam e constroem diferentes formas de relação e articulação destes com seus contextos culturais e territórios.

Estes descentramentos enfatizam a importância das ações coletivas e das relações entre pessoa, grupo, comunidade e sociedade, destacando as ações territoriais e a participação comunitária como práticas sociais carregadas de significados e de historicidade.

4.2. Terapia ocupacional social, individualidades e coletividades

Quando a terapia ocupacional social coloca como foco principal as ações no território, começa a entrar em contato com outras problemáticas que surgem deste movimento de “desinstitucionalização” de suas atuações profissionais. É neste movimento que o contato com outras demandas, para além das questões de reabilitação ou de saúde, se coloca como fundamental para este tipo de concepção e de prática (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002).

É na imersão nos diferentes territórios e nos fazeres cotidianos dos sujeitos que os técnicos podem entrar em contato, de forma mais contundente, com as alteridades e

as diversidades culturais (BARROS, ALMEIDA e VECCHIA, 2007). Através do reconhecimento de outras formas de organização e de criação de sentido para as diferentes ações, os terapeutas ocupacionais podem se disponibilizar para a identificação das diferenças (étnicas, religiosas, sexuais, de classes sociais, de geração, etc.) e da produção das desigualdades sociais que configuram estas diferenças de forma hierárquica.

A aposta nas possibilidades de estimulação e apoio de diferentes formas de resistência individual e coletiva à desumanização mostra-se essencial neste contexto, inventando em conjunto formas de experimentação, aprendizagem, ensino e criação que combatam as desigualdades e contribuam para a construção de pontes de acesso a direitos, para a elaboração e a mobilização de processos orientados para a emancipação pessoal (ALMEIDA et. al, 2011).

Contudo, a valorização da ação territorial e da participação comunitária como práticas sociais não deve ser desconectada da análise dos significados e contradições do próprio conceito de comunidade.

De acordo com Scarparo e Guareschi (2007), se examinarmos conceitos já considerados clássicos de comunidade como, por exemplo, os formulados por Nisbet (1975) e Tönnies (1947), as características de continuidade, intimidade e engajamento em crenças comuns estão presentes e reforçam a ideia de que tais atributos são constitutivos do espaço comunitário.

Entretanto, a capacidade de adesão aos princípios comunitários varia conforme os diferentes sujeitos envolvidos, as distintas expectativas e os diversos níveis de comprometimento, considerando-se as fragmentações locais que podem se dar por questões étnicas, religiosas, de gênero, sexualidade, diferentes posições sociais e desiguais acessos a bens e serviços.

Como já visto anteriormente, as ações territoriais, no contexto da terapia ocupacional, remetem aos processos de superação das instituições asilares, implementados desde o início dos anos de 1980, focalizando uma maior proximidade entre a população e os serviços, tendo o Estado como responsável pela articulação e resolução dos problemas sociais.

Já a noção de participação comunitária está relacionada com a participação popular, ou seja, com o envolvimento direto das pessoas de um contexto específico na problematização e tentativa de resolução das questões locais, visando à emancipação social.

Partindo dessas duas perspectivas, e tendo como base os pressupostos teórico-metodológicos da terapia ocupacional social, apostamos na proposição de práticas que debatam e possibilitem a participação na discussão e implementação de políticas públicas, da ofertas de serviços e ações para a população e, conjuntamente, se dediquem à criação de subsídios e tecnologias sociais para a articulação das possibilidades de resolução dos problemas locais através de um processo de organização dos serviços de atenção, das diversas ações e da articulação junto à população em diferentes níveis.

Tendo como base esta concepção de prática que relacione os níveis macro-social e micro-pessoal, partindo de ações que discutam a disponibilização de serviços mais inclusivos e a conscientização e participação da comunidade nos processos de resolução dos problemas, a terapia ocupacional social pode ter um papel importante na dinâmica de articulação destes diferentes níveis, tentando contribuir para a ressignificação dos espaços públicos e institucionais e para a percepção e valorização de diversas demandas advindas das próprias comunidades.

Para os terapeutas ocupacionais, esta compreensão de que os sujeitos estão inseridos ao mesmo tempo em que constituem um coletivo caracterizado por conflitos e

contradições, proporciona o reconhecimento de que suas ações técnicas podem se configurar tanto num instrumento de libertação quanto num aparelho de domínio.

4.3. Entre proteções, exposições e admissões condicionadas

Talvez o principal conflito existente nessas relações institucionais já não seja o de acesso e integração dos sujeitos em diferentes níveis de assistência e serviços, talvez a análise deva se direcionar para esta rede de serviços e instituições que funciona como seletiva, construindo cotidianamente fronteiras que mostram quem pode ser aceito e quem não pode fazer parte deste código, ou melhor, quem deve se inserir neste sistema de forma marginal.

Este sistema de “proteção” formado por escola, equipamentos de assistência social e de saúde, ao mesmo tempo em que dizem da importância de se integrar, prescrevem os modos possíveis de se estar nesses contextos, produzindo “sintomas”, estereotipando, criminalizando e/ou estigmatizando para selecionar.

Quando a escola, representada pelo papel da diretora, chega até Melissa, Claudinho e Jonas para discutir sobre a permanência delas neste ambiente, ela só escolhe estas jovens porque o “sintoma” já foi diagnosticado. Este diagnóstico se relaciona com a articulação das diferenças de gênero e sexualidade (não apenas, mas principalmente) e com a inteligibilidade desses corpos no contexto escolar.

Neste sentido, a instituição escolar, que no discurso e em termos legais preza pela universalidade do acesso, acaba por evidenciar os pré-requisitos necessários para a admissão dos estudantes, sendo a coerência (entre sexo, gênero e sexualidade) sua maior condição, tendo como resultado a impossibilidade de acesso e circulação, neste espaço, de algumas pessoas que não se enquadram nestas normas.

O acesso a serviços de saúde, como no caso da internação de Jonas em uma Comunidade Terapêutica, segue a mesma lógica da escola na medida em que, para além do diagnóstico de “dependência química”, existe um diagnóstico de incoerência da vida, que por razões baseadas em preceitos religiosos ou mesmo de saúde, deslegitima práticas corporais, sexuais e de gênero, prescrevendo normativas que também funcionam como requisitos para a admissão no serviço de saúde, no qual as principais condições são: aparentar a masculinidade, a heterossexualidade e possuir um aspecto “saudável”.

Estas admissões condicionadas, tanto no contexto educacional quanto no equipamento de saúde, evidenciam o papel seletivo e prescritivo destas instituições, mesmo que a garantia de acesso, permanência e cuidado sejam seus princípios orientadores, quando se trata do contato com as alteridades e as diferenças étnicas, sexuais, religiosas, de classe social, entre outras, estas instituições continuam prescrevendo e reafirmando formas coerentes de acesso, inserção e participação.

A *pista*, que também tem suas normas e pré-requisitos, possibilita uma maior circulação e vivência dos processos de travestilidade, contudo esses processos de construção corporal, subjetiva e identitária, funcionam de forma normativa, uma vez que prescrevem formas possíveis de se estar e de circular por esses locais. Não são todas as construções de feminilidade, assim como não são todos os corpos que são reconhecidos e podem circular livremente neste contexto. Existe uma normatização do feminino almejado por elas (e por outras travestis) e desejado pelos possíveis clientes, como já bem discutido em outras etnografias (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2000; PELÚCIO, 2007; KULICK 2008; DUQUE, 2009).

Para além das normatizações e da função como um local possível de circulação e de existência, a pista proporciona a possibilidade de circulação e vivência dos riscos das violências e dos prazeres das experiências.

Como já discutido, os espaços familiares começam a se reconfigurar nas experiências de algumas destas jovens na medida em que, o que antes era visto como impossibilidade e restrição, agora faz parte do cotidiano de algumas delas.

Estar em casa, com o salto nos pés ou escondido na bolsa, pode significar aceitação ou negação, reconhecimento ou deslegitimação, valorização ou vergonha, o que pode variar a depender do nível de investimento nos processos de travestilidade dentro e fora de casa, dos níveis de participação dos integrantes da família nestes processos, dos preceitos morais e religiosos de cada configuração doméstica e das possíveis relações que se estabelecem dentro de cada núcleo familiar.

De qualquer forma, o fato de a família poder se constituir como mais um dos imagináveis contextos de circulação e pertencimento tem rebatimentos nas vivências e experiências destas jovens em relação a seus desejos, suas expectativas, suas histórias e futuras perspectivas.

Assim, o investimento no contato e contribuição técnica para além dos muros institucionais passa pela consideração da necessidade de valorização dos espaços de circulação dos sujeitos como potencial de reconhecimento de diferentes concepções e fazeres cotidianos e a possibilidade de articulação e ressignificação dos próprios espaços.

Para Simone, Melissa, Claudinho e Jonas, a possibilidade de circulação nos espaços institucionais e nos diferentes territórios, ou a restrição desses diversos cursos, mostra a capacidade e o reconhecimento de normas (em determinados momentos mais

ou menos explícitas) que se referem aos comportamentos, às subjetividades e às identidades esperadas e valorizadas em cada contexto.

Estas jovens, em diferentes níveis de conscientização, identificam os espaços que podem circular mais livremente e os espaços para os quais devem ser mais cautelosas, conformando suas características corporais, subjetivas e identitárias a depender das vontades e desejos em participar ou não de determinados espaços.

Quando estas jovens montam e remontam seus corpos, subjetividades e identidades, para além da explicitação de suas vontades e desejos, ficam evidentes os limites e possibilidades da articulação de cada corpo com seus espaços de circulação e de pertencimento. Os diferentes níveis de montagem problematizam os diversos níveis de aceitação e/ou de negação das instituições e dos próprios territórios para com seus corpos, suas subjetividades e suas identidades.

Serem aceitas (ou não) nos diferentes espaços não têm rebatimentos “apenas” na inserção ou na restrição da participação e do exercício de direitos e cidadania, mas têm, sobretudo, reverberações em suas próprias subjetividades, pois acabam por explicitar possibilidades e impossibilidades de circulação nos espaços privados e/ou públicos e, especialmente, a possibilidade ou impossibilidade de existência nestes locais.

Considerações finais

Vimos nesta dissertação como uma série de estratégias e técnicas são utilizadas para a inserção dessas jovens, que em algum momento da pesquisa se autodenominaram travestis, nos contextos formais de educação, nos contextos familiares e também na prostituição.

Assim como toda identidade, ser travesti envolve uma performatividade (BUTLER, 2003), e como aponta Barbosa (2010), as categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tais, exclusivistas. “Há expectativas sociais em relação a estes termos, além de que eles evocam uma série de enunciados não somente de gênero e sexualidade, mas também de classe, cor/raça e geração” (BARBOSA, 2010, p. 117).

Segundo Butler (2003), a performatividade é um efeito retórico que sinaliza para o processo pelo qual o sujeito se torna a causa das ações, o autor das experiências, apagando as contingências desta construção (BUTLER, 2003; BARBOSA, 2010).

A multiplicidade de formas de se conceber e construir determinados corpos, subjetividades e identidades, aponta para a problematização das identidades como experiências contextuais e históricas. Nesta perspectiva, a categoria travestilidade revela-se frágil para abarcar estas experiências, assim como a de travesti, quando usada para enquadrá-las de forma político-identitária. Esta limitação das categorias já havia sido notada, de início, nos estudos que essencializam a identidade travesti, tomando-a como dada e buscando coerência histórica linear nas análises de sua existência (DUQUE, 2009).

A montagem e a desmontagem do feminino destes sujeitos nos dizem muito sobre o que rege a nossa sociabilidade, mas podem não ser originárias das mesmas regras e valores sociais. A estratégia de saber, ou procurar saber, onde se pode ir montada ou desmontada, sem “perder a identidade travesti”, mas ganhando outras, como a de gay e a de drag, mostra o potencial de resistência (assim como, às vezes, de controle) que o desejo aciona nestes sujeitos, transformando-os de acordo com as circunstâncias (DUQUE, 2009, p. 148)

Na primeira seção desta dissertação, “Sobre teorias, campo e territórios” introduziu-se uma contextualização histórica do debate e da produção acadêmica sobre a temática referente ao gênero e à sexualidade, tentando ampliar a discussão e esclarecendo os posicionamentos neste contexto.

Em seguida, apresentou-se a entrada em campo, partindo de contribuições etnográficas e questionando-se sobre algumas dificuldades e possibilidades que surgiram na relação com as interlocutoras desta pesquisa, tendo como ponto de partida a entrada institucional.

Posteriormente, contextualiza-se os territórios onde a pesquisa de campo aconteceu, mostrando nossos deslocamentos pelos territórios por onde passamos e construímos nossas histórias, tentando trazer o exercício de apresentar o que é de singular e específico em cada uma destas narrativas, ao mesmo tempo retratando o que é comum, às vezes quase generalizável.

Na segunda seção, “Sobre *iniciantes, belíssimas, gayzinhos e ex-travestis: multiplicando as travestilidades*”, ponderou-se a multiplicidade de formas de considerar e construir signos do que é considerado feminino em corpos assignados como masculinos.

Arriscou-se trabalhar com uma compreensão de que os corpos se constituem de forma ambígua e dialética. Corpos ambíguos, na medida em que apresentam potencial e

efetiva transgressão de normas que são corporais e comportamentais, ao mesmo tempo em que corporificam e reiteram determinadas compreensões do que é próprio de um feminino essencializado. Corpos dialéticos, pois exprimem e representam determinadas subjetividades do mesmo modo que se transformam e se conformam às expectativas e demandas contextuais.

Além disso, foram apresentadas as histórias de cada interlocutora desta pesquisa, tentando assinalar suas vivências singulares nestes processos de construção corporal, subjetiva e identitária, mostrando como as categorias são utilizadas por elas de forma a valorizar ou desvalorizar determinadas experiências subjetivas, corporais e identitárias.

Na terceira seção, “Em casa, na *pista* ou na escola é tanto *babado*”, discutiu-se as diversas técnicas e estratégias utilizadas por elas para se inserirem em diferentes contextos como família, escola e prostituição, e como estas relações são construídas a depender dos sujeitos envolvidos, bem como de seus interesses e desejos.

Demonstrou-se como o não rompimento dos laços familiares certamente é um dado importante na medida em que a estadia prolongada na casa dos pais, em variados níveis de consciência e de concordância sobre os processos de travestilidade dos filhos, influencia tanto em questões dos espaços de sociabilidade, quanto na constituição das redes de suporte social e pessoal, reposicionando algumas dessas jovens nas diferentes configurações e contextos familiares.

A partir da minha inserção em campo, e do diálogo com outras clássicas etnografias sobre as relações das travestis com os contextos do mercado do sexo pago (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2000; PELÚCIO, 2007; KULICK 2008; DUQUE, 2009), pode-se refletir a prostituição como sendo mais do que formas de resistência e recusa de

paradigmas, um espaço que proporciona autonomia, na medida em que viabiliza um rendimento financeiro e, sobretudo, como meio e possibilidade de existência.

Em relação a outro contexto discutido nesta pesquisa, a escola apareceu no discurso das interlocutoras como uma ideia, uma vontade, uma expectativa, mas também se mostrou enquanto ato, movimento e ação. Existe uma expectativa de transformação, uma idealização do potencial da escola em transformar realidades, ao mesmo tempo em que existiram alguns movimentos efetivados pelos atos das repetidas tentativas de matrícula na escola. O principal problema observado por elas é que a contrapartida deste processo é pouca

Na quarta seção, “Terapia ocupacional social e a circulação nos territórios” contextualizou-se as proposições da terapia ocupacional social e suas possíveis implicações na vida cotidiana dos sujeitos em seus territórios de pertencimento, apontando como a circulação destas jovens em seus territórios têm rebatimentos nos níveis de inserção e restrição, possibilitando ou não suas existências em diferentes espaços

A montagem e remontagem de seus corpos, subjetividades e identidades, para além da explicitação de suas vontades e desejos, evidenciam os limites e possibilidades da articulação de cada corpo com seus espaços de circulação e de pertencimento, além de problematizarem os diversos níveis de aceitação e/ou de negação das instituições e dos próprios territórios para com seus corpos, suas subjetividades e suas identidades.

Desta forma, acreditamos que esta dissertação vem contribuir, para além da multiplicidade de formas de construção e compreensão dos corpos, subjetividades e identidades travestis, com um diálogo em meio às articulações possíveis entre terapia ocupacional social e a circulação dos sujeitos em seus territórios de pertencimento, bem

como para a ampliação do repertório de possibilidades de compreensão de tecnologias sociais e das ações dos técnicos com o papel de articuladores de diferentes demandas produzidas e identificadas em diversos contextos.

A matrícula na escola, a presença do namorado em casa, a musculação na comunidade terapêutica, a roupa masculina no culto religioso ou a minissaia na *pista*, são símbolos que representam o aceite ou a negação, a inserção ou a restrição não só dos espaços possíveis de circulação, mas de suas próprias identidades. São signos que se articulam a outras características como etnia, classe social, origens regionais e outras, possibilitando um mapeamento dos possíveis locais de circulação e das aceitáveis formas de existência.

Referências

- ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. Introdução. In: FREITAS, M.V. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 6-8.
- ABRAMOVAY, M.; ESTEVES, L. C. G. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007. p. 19-54.
- ALMEIDA, M. C. ; BARROS, D. D.; GALVANI, D.; REIS, T. de A. M. Terapia ocupacional e pessoas em situação de rua: criando oportunidades e tensionando fronteiras. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v. 19, p. 351-360, 2011.
- ALMEIDA, R. *A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.
- BARBOSA, B. C. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2010.
- BARROS, D. D. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-7, set/dez, 2004.
- BARROS, D. D.; ALMEIDA, M. C.; VECCHIA, T. C. Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 18, n. 3, p. 128-134, set/dez. 2007.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 95-103, 2002.
- BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia: apresentação. In: SIMPÓSIO DE TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL, 1. *Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional: contextos, territórios e diversidades*, 10. Goiânia : Associação dos Terapeutas Ocupacionais de Goiás e Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais, 2007, s/p.
- BASAGLIA, F; BASAGLIA, F. *Los crimes de la paz: investigación sobre los intelectuales y los tecnicos como servidores de la opresion*. Mexico: Siglo XXI, 1977.
- BENEDETTI, M. R. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL, *Ministério do Desenvolvimento Social*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>). Acesso em: 23 de novembro de 2011.

BRETON, D. *Anthropologie du Corps et Modernité*, Paris: Quadrige/PUF, 2000.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CACCIA-BAVA, S. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: *Fundação Banco do Brasil, Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Articulistas, 2004. p. 103-116.

CASTRO, E. D.; LIMA, E. M. F. A.; BRUNELLO, M. I. B. Atividades humanas e terapia ocupacional. In: DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. *Terapia Ocupacional no Brasil. Fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Plexus, 2001. p.41-59.

CATANI, A. M.; GIGLIOTI, R. S. P. Culturas juvenis: múltiplos olhares. São Paulo: Ed. UNESP, Coleção Paradidáticos (Série Cultura), 2004.

CÉSAR, M.R.A. *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

COSTA, B. P. Geografias das representações sobre o homoerotismo. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 1, p. 21-38, 2010.

CRUZ, E. F. Banheiros, Travestis, Relações de Gênero e diferenças no cotidiano da Escola. *Revista Psicologia Política*, v. 11, n. 21. p. 73-90, 2011.

DUQUE, T. *Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

DUQUE, T. Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2012, v.20, n.2, pp. 489-500.

FERREIRA, V. S. *Marcas que demarcam. Tatuagem, body piercing e culturas juvenis*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

FERREIRA, V. S. Defining and segmenting carnal reflexivity. *104th Meeting of American Sociological Association The New Politics of Community*, 2009.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

GALHEIGO, S. M. Repensando o lugar do social: a constituição de um campo de conhecimento em terapia ocupacional. In: Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, 6., Águas de Lindóia, SP, 1999. *Programas e resumos*. Águas de Lindóia, 1999, p.24.

GEERTZ, C. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, E. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

HAESBAERT, R. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, É. O território em tempos de globalização. *Geo Uerj*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1999.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Porto Alegre: DP&A, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@*. São Carlos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 02. out 2010.

KULICK, D. *Travesti - prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

LAQUEUR, T. *Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

LEITÃO, D. Anatomia cultural da moda brasileira: apontamentos sobre corpo, nudez e erotismo. *Vivencia (UFRN)*, v. 1, p. 59-72, 2011.

LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, 2008.

- LOPES, R. E. et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v.15, n.36, p.277-88, 2011.
- LOPES, R. E. ; SOUZA, L. B.; BORBA, P. L. O. Memória e ação territorial: da história do Jardim Gonzaga às bases de intervenção em Terapia Ocupacional Social. 2010. (Relatório de pesquisa). CNPq.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho*. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MAGNANI, J. G. C. *Umbanda*. São Paulo: Ática, 1986.
- MALFITANO, A. P. S. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. *Etnográfica* (Lisboa), v. 15, n. 3, p. 523-542, 2011.
- MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2008.
- MEYER, M. *Maria Padilha e toda a sua quadrilha: De amante de um rei de Castela a Pomba-Gira de Umbanda*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- MISKOLCI, R. A teoria Queer e a questão das diferenças. In: *16 Congresso de Leitura do Brasil (COLE)*, 2007, Campinas. No Mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las. Campinas : ALB Associação de Leitura do Brasil, 2007. v. 1. p. 1-19.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009.
- MISKOLCI, R.; PELUCIO, L. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis que se prostituem. *Gênero*, v. 7, p. 257-267, 2007.
- NASCIMENTO, B. A. *Loucura, trabalho e ordem: o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP; 1991.
- NASCIMENTO, A. R. A.; SOUZA, L.; TRINDADE, Z. A. Exus e pombas-giras: o masculino e o feminino nos pontos cantados da umbanda. *Psicol. estud.* [online]. 2001, v.6, n.2, pp. 107-113
- NATIVIDADE, M. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 61, Jun, 2006.

- NISBET, R. *The twilight of authority*. New York: Oxford University Press, 1975.
- OCHOA, M. Cidadania perversa: divas, marginación y participación en la "localización". In: Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 239-256.
Disponível em: <<http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Ochoa.pdf>>
- PAIS, J. M., Ganchos, Tachos e Biscates. *Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar, 2001.
- PELÚCIO, L. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
- PEREIRA, P. E. "Ai! Tá me tirando?!" *O que dizem jovens moradores da periferia de São Carlos sobre si mesmo e a questão das drogas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- PEREIRA, P. P. G. Corpo, sexo e subversão: reflexões sobre duas teóricas queer. *Interface* (Botucatu) [online], vol.12, n.26, pp. 499-512, 2008.
- PERES, W. S. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Programa de Pós- Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005.
- PERLONGHER, N. *O negócio do michê*. 2ªed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PRANDI, R. *Herdeiras do Axé: Sociologia das religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PRANDI, R. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estud. av.*, São Paulo, v. 18, n. 52, dez, 2004 .
- PRECIADO, B. *Manifiesto contrasexual*. Barcelona: Anagrama, 2011.
- PRECIADO, B. (s/d). *Basura y género, mear/cagar*. masculino/femenino. Disponível em: <www.hartza.com/basura.htm>.
- ROSA, T. T. *Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- RUBIN, G. The traffic in women. Notes on the "Political Economy" of Sex. In: REITER, R. (ed.) *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press, 1975.

SCARPARO, H. B. K; GUARESCHI, N. M. de F. Psicologia social comunitária profissional. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, 2007.

SILVA, H. R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993.

SILVA, M. A. *"Se manque! Uma etnografia do carnaval do pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina"*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SOUZA, E. R. *Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TEIXEIRA, A. B. M; RAPOSO, A. E.S.S. *Banheiros escolares promotores de diferenças de gênero*. GT Gênero, Sexualidade e Educação. 30ª. reunião anual da ANPED, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais: Caxambu, 2007.

TÖNNIES, F. *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires, Argentina: Losada, 1947.

VILA, V. S. C; ROSSI, L. A; COSTA, M. C. S; ZAGO, M. M. F. Pesquisa etnográfica em saúde: sua apreciação por Comitês de Ética em Pesquisa. *Rev. SOCERJ*, v. 20, n.3, p. 240-242, 2007.

ANEXO 1

Glossário⁴¹ – Travestis

amapô/mapô: vagina, mulher.

aqüé: dinheiro.

aqüendar: prestar atenção a algo, olhar, ver. No caso da expressão “aqüendar a neça”, significa esconder o pênis.

azuelar: roubar.

babado: significa algo muito bom; uma novidade que se conta (geralmente boa); um acontecimento interessante, divertido e/ou com episódios surpreendentes; algo bom. Porém, dependendo do contexto, pode significar algo que vai ter conseqüências ruins. Seu uso às vezes se assemelha ao uso que se faz do termo “bafão”, que tem usos mais positivos do que “babado”.

bafão: a expressão deriva do termo francês “bas-found”, que soa como “bafon”, e daí se transforma em “bafão”, pela proximidade sonora. O termo tem diversas possibilidades de uso, todas ligadas a eventos que saem da rotina, que têm potencial para virarem fofoca, ou algo que movimenta a cena onde ocorreu. Significa, assim, algo inusitado, confusão, uma revelação bombástica, situação polêmica e/ou explosiva.

barraqueira: travesti ou mulher que faz escândalo.

bater cabelo: esnoabar, ferver, aparecer mais que as outras.

bofe: homem.

chuca: lavagem do ânus, a fim de não sujar com fezes o pênis do parceiro.

chuchu: barba.

close: exibir-se, esnoabar as outras travestis.

coió: ser xingada e humilhada.

colocada, se colocar: pessoa drogada, se drogar.

desaqüendar: ir embora, desencanar.

desce ou descer pra avenida: ir para o ponto de prostituição.

doce: algo ruim; aprontar alguma coisa de mal para outra pessoa; mandar bater; ou armar situações constrangedoras e ameaçadoras.

“é bem!” ou “é bens!”: pessoa ou coisa boa, legal.

edi: ânus.

Elza: quem rouba, roubar.

eqüé: mentira.

fazer a linha: fazer tipo; oferecer algo para ser agradável.

fazer pista: prostituir-se.

fino/fina: adjetivo para se referir a pessoas, no sentido de serem educadas, amáveis e de terem um bom nível de educação formal.

fuá : bagunça, bafão.

garota: ser feminina e delicada.

gayzinho: quando a travesti ainda não se transformou. Pode ser usado também para designar rapazes homossexuais.

grudar o cliente: intimidá-lo fisicamente, para roubá-lo.

quanto: camisinha.

ilê: casa.

⁴¹ Feito por Larissa Pélucio (2007).

jogar o cabelo: esnobar.

maricona: cliente de programa que tem trejeitos masculinos, mas que muitas vezes é passivo no sexo.

menininha: travesti com aparência muito feminina, isto é, miúda e pequena na estatura. Geralmente mais nova.

“meu cu!”: “que se dane!”, “que se foda!”.

mona: travesti.

neca: pênis.

nená: esperma, porra.

ninfeta: travesti nova e vistosa.

no truque: para enganar, otimizar seus atributos por meio de certos artifícios.

ocó: homem.

otim: qualquer bebida alcoólica.

passada: expressão usada para manifestar surpresa com alguma situação ou declaração feita pelo interlocutor.

passar cheque: sujar com fezes o pênis do parceiro.

penoso/penosa: adjetivo que qualifica algo que não dá dinheiro, que é pobre, empobrecido, não rentável. Usa-se também para classificar clientes.

picumã: peruca.

pintoso/pintosa: pessoa homo-orientada que deixa transparecer, em seu comportamento, sua orientação sexual. Vale também para travestis que denunciam sua condição pela aparência física.

piriri, padê, piris, pino: cocaína.

racha: mulher ou vagina.

se deitar: não se humilhar. Em outro sentido, refere-se a “bombar” o corpo.

taba: maconha.

“tá, meu bem?!”: “Eu não te disse?!”; “Arrasou!”; coisa boa.

tô bege: corresponde a estar pasma com algo, sem graça ou surpresa, mas de maneira não muito agradável.

toda quebrada na plástica: ter feito muitas intervenções cirúrgicas, a fim de se feminilizar.

tombar, mamar, xoxar: humilhar, tirar sarro, diminuir moralmente.

top: travesti considerada bonita, porque muito feminina. Está na internet em sites e blogs, e/ou faz filmes e ensaios fotográficos de sexo explícito.

traveção: travesti com atributos físicos exagerados, muito “bombada”, ou grande demais.

truque: o termo pode ser usado em algumas situações, sempre sugerindo engodo. Usar artifícios para enganar e, assim, otimizar a aparência feminina (sutiãs com enchimento, perucas, etc).

turvo/turva: ficar ou estar bêbado/a.

uó: tudo que é ruim. “É uó!” começou como exclamação das travestis no Rio, na década de 80, e se instalou como frase obrigatória do vocabulário moderno.

varejão: adjetivo que normalmente qualifica pessoas, sobretudo clientes, referindo-se àqueles que regateiam preço e que apalpam as travestis enquanto sondam as condições do programa.

vício: o homem com quem se fica amorosamente ou sexualmente, sem cobrar. “Fazer vício” significa namorar cliente, ou ficar com alguém durante as horas de trabalho.

xoxar: fofocar, falar mal.